



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE")
a ser realizada em 30 de abril de 2026

Dúvidas e Esclarecimentos:

SIMPAR S.A.
At. Departamento de Relações com Investidores
Tel: (11) 3154-4000 / 3154-4010
E-mail: ri@simpar.com.br

1. Orientações para Participações na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	3
1.1 Introdução	3
1.2 Participação via Plataforma Digital.....	3
1.3 Voto a Distância	3
1.4 Quórum de Instalação	4
1.5 Quórum de Deliberação.....	
2. Ordem do Dia.....	5
A. Em Assembleia Geral Ordinária.....	5
B. Em Assembleia Geral Extraordinária	5
3. Informações sobre Pedido de Instalação do Conselho Fiscal	
4. Considerações Finais	8

1. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

1.1. Introdução

O artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) impõe às sociedades anônimas como a SIMPAR S.A. (“Companhia” ou “SIMPAR”) a realização de uma assembleia geral ordinária anual, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as seguintes matérias **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **(ii)** destinar o resultado do exercício e a distribuição de dividendos; e **(iii)** eleger os membros do conselho de administração e os membros do conselho fiscal, quando for o caso.

A administração da SIMPAR também propõe à deliberação dos acionistas, em sede de assembleia geral extraordinária, **(iv)** fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleia”) será realizada, por meio da plataforma digital Easy Voting (“Plataforma Digital”), em 30 de abril de 2026, às 16 horas.

Todas as informações e documentos previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM nº 81/22 (“RCVM 81”) relacionados às matérias a serem deliberadas na AGOE, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas estão disponíveis aos acionistas na sede da SIMPAR e nos websites da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da Companhia (<http://www.ri.simpair.com.br>).

As demonstrações financeiras foram publicadas no jornal “O Estado de São Paulo” em 31 de março de 2026. O Edital de Convocação da AGOE será publicado em 31 de março, 1º e 2 de abril 2026 no jornal “O Estado de São Paulo”.

1.2. Participação via Plataforma Digital

Os acionistas que desejarem participar da Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço eletrônico https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxXHqYNOY_nwcmQv_o_7pKYnHpwPiE9fRQMzZxPAIaGrsY, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGOE, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até dia 28 de abril de 2026, inclusive) (“Cadastro”). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro.

A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

- **Pessoa física:** CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, conforme o caso;
- **Pessoa jurídica:** (a) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado, e (b) CPF e documento de identidade com foto do seu representante legal; e

- **Fundos de investimento:** (a) Regulamento consolidado e atualizado do fundo, (b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado do gestor e/ou administrador, observada a política de voto; e (c) CPF e documento de identidade com foto do representante legal do gestor e/ou administrador, conforme o caso.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida. No caso de representação por procurador, (a) no caso de acionistas pessoas físicas, deverão ser observados os requisitos do art. 126, §1º, da Lei das S.A., e (b) no caso de acionistas pessoas jurídicas, esses poderão ser representados na assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, sem necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

Os representantes legais e procuradores devidamente constituídos que representarem mais de um acionista deverão obrigatoriamente realizar apenas um cadastro na Plataforma Digital. A indicação dos representados no sistema poderá ser feita manualmente ou mediante o *upload* de planilha com as informações de todos os representados, desde que seja no modelo aceito pela Plataforma Digital.

A documentação e as informações devidamente enviadas por meio da Plataforma Digital até dia 28 de abril de 2026 serão validadas pela Companhia, e o acionista receberá, até as 23:59 (horário de Brasília/DF – Brasil) do dia 29 de abril de 2026, um e-mail com a confirmação de cadastro e com login e senha pessoais e intransferíveis para acesso e participação virtual na Assembleia. As informações de acesso para participação virtual na Assembleia não poderão ser compartilhadas, sob pena de responsabilização do acionista.

Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a área de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@simpar.com.br, com até 1 (uma) hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário.

Não poderão participar da AGOE os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à AGOE na forma e prazos previstos acima.

Em cumprimento ao art. 28, §1º, da RCM 81, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia.

Vale destacar que a plataforma não é compatível com todos os navegadores e, por isso, a Companhia orienta que seja utilizado o Google Chrome para acompanhar a votação.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (*e.g.*, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia.

Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e o livro de presença, nos termos do artigo 47, §1º, da RCM 81.

O Departamento de Relações com Investidores da SIMPAR está à disposição para quaisquer esclarecimentos, nos telefones Tel: (11) 3154-5219 / 3154-0000 ou no e-mail: ri@simpar.com.br.

1.3. Voto a Distância

Nos termos da RCVM 81, é facultado aos acionistas participar da Assembleia por meio de voto proferido por meio de Boletim de Voto a Distância, que foi disponibilizado pela Companhia no seu website de Relações com Investidores (ri.simpar.com.br), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância deverá preencher o Boletim de Voto a Distância e poderá enviá-lo (i) diretamente à Companhia, pelo e-mail easyvoting@alfm.adv.br; ou (ii) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas na B3, para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; ou (iii) para a central depositária da B3; ou (iv) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas no Banco Bradesco S.A., instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitir as instruções de voto para tal agente escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo referido banco.

Para que o Boletim de Voto a Distância seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante dos quóruns da Assembleia, (i) todos os campos deverão ser devidamente preenchidos; (ii) todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista (ou por seu representante legal, conforme o caso) ou, no caso de uso de assinaturas eletrônicas, deverá ser utilizado meio que certifique a integridade do documento e sua não alteração após a sua assinatura; e (iii) ao final, o acionista (ou seu representante legal, conforme o caso) deverá assiná-lo.

O prazo para submissão do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia ou por meio de prestadores de serviços (nos termos do artigo 27 da RCVM 81) é até 25 de abril de 2026. Os Boletins de Voto a Distância recebidos após tal data serão desconsiderados.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância, mediante envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar, por meio da Plataforma Digital, a via digital do referido documento, devidamente preenchida conforme as instruções acima, bem como os documentos listados no item 1.2 (conforme aplicável).

1.4. Quórum de Instalação

Conforme disposto no artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, a AGOE será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto), no mínimo, do capital social com direito a voto da Companhia.

Caso não se atinja algum dos referidos quóruns de instalação para deliberação das respectivas matérias acima, proceder-se-á a nova convocação, por meio da publicação de novo Edital de Convocação, anunciando a nova data para realização de assembleia geral em segunda convocação, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, sendo, nesse caso, a assembleia geral instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas.

1.5. Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS NA AGOE

A) Em Assembleia Geral Ordinária

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes;

A administração propõe que os acionistas examinem os documentos disponibilizados pela administração e aprovem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, informamos que o Item 2 do Formulário de Referência – “Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia”, consta nesta Proposta sob a forma do Anexo I.

(ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício

A administração propõe aos acionistas a seguinte destinação do lucro líquido do exercício, conforme o Anexo II desta Proposta:

Lucro Líquido do Exercício (A)	R\$ 39.471.310,78
Reserva Legal (B = 5% * A)	R\$ 1.973.565,54
Base para dividendos (C = A – B)	R\$ 37.497.745,24
Dividendo obrigatório (25% * C)	R\$ 9.374.436,31
Dividendo total à conta do Lucro Líquido do Exercício de 2025 (D)	R\$ 37.497.745,24
Dividendos adicionais à conta da Reserva de Investimento (E)	R\$ 62.502.254,76
Total de dividendos a distribuir (D + E)	R\$ 100.000.000,00

(ii) Fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e a reeleição dos membros do Conselho de Administração

A administração propõe fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração e a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, para um novo mandato de 2 (dois) anos:

#	Nome	Cargo
1	Alvaro Pereira Novis	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
2	Adalberto Calil	Conselho de Administração (Efetivo)
3	Fernando Antonio Simões	Conselho de Administração (Efetivo)
4	Fernando Antonio Simões Filho	Conselho de Administração (Efetivo)
5	Paulo Rogério Kakinoff	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)

A Companhia esclarece que seu Conselho de Administração recebeu dos candidatos Alvaro Pereira Novis e Paulo Rogério Kakinoff a declaração de que são independentes, nos termos do artigo 6º, §§1º e 2º, e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 e do artigo 16, §1º, do Regulamento do Novo Mercado da B3. O Conselho de Administração reviu tais declarações e concordou com a qualificação de tais candidatos como independentes

para os fins indicados acima.

O percentual mínimo de participação no capital social votante para solicitar a votação dos membros do Conselho de Administração pelo sistema de voto múltiplo é 5%.

As informações sobre os candidatos indicados para reeleição (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência) encontram-se no Anexo III a esta Proposta.

B) Em Assembleia Geral Extraordinária

(iii) *Fixar a remuneração global anual para os órgãos da administração*

De acordo com o estatuto social da SIMPAR, cabe à assembleia geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. Além disso, também de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual de cada administrador com base na remuneração global aprovada pelos acionistas.

O montante global da remuneração dos administradores para o exercício de 2025 (conselheiros de administração, diretores estatutários e conselho fiscal, se instalado), proposto à AGOE é de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mais encargos.

As informações sobre a remuneração dos administradores indicadas no item 8 do Formulário de Referência estão disponíveis no Anexo IV à presente Proposta.

3. INFORMAÇÕES SOBRE PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE CONSELHO FISCAL

Nos termos do art. 5º, I-A da RCVM 81, a Companhia informa aos Srs. Acionistas que não há Conselho Fiscal instalado na presente data e que a instalação poderá ser requerida por acionistas que representem 2% do total de ações da Companhia com direito a voto (art. 161, §2º, da Lei das S.A e art. 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022). Uma vez instalado o Conselho Fiscal, proceder-se-á à eleição de seus membros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações contidas neste documento são úteis para o exercício de seus direitos de voto como acionistas da Companhia. Dessa forma, recomendamos a leitura desta Proposta previamente à realização da AGOE.

Atenciosamente,

SIMPAR S.A.

Diretoria de Relações com Investidores

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Comentários dos diretores

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas neste item 2.1 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) o exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à “Receita Líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços” (“**Receita Líquida**”) para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, a Simpar reportou uma receita bruta total de R\$ 47.765,6 milhões comparativamente a R\$ 44.723,1 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação positiva de R\$ 3.042,5 milhões ou 6,8%. Essa variação deve-se, principalmente pela expansão dos negócios que estão bem posicionados em setores resilientes e com grande potencial

de desenvolvimento no Brasil. O crescimento é explicado por bases orgânicas, com adição de novos contratos de prestação de serviços e investimentos em ativos para locação.

Vale ressaltar que os investimentos de expansão contribuem apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, pois depende do momento em que os novos contratos são fechados, tendo em vista que os mesmos possuem um período de implantação que varia na média de 90 a 120 dias (intervalo este, que compreende gastos sem qualquer receita, distorcendo assim, as margens e os retornos da Companhia quando comparado a uma situação onde todos os volumes de contratos estão operando em capacidade plena).

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

(Em milhões de Reais, exceto índices)	Período de seis meses findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Patrimônio Líquido	7.411,0	5.725,0	6.751,7
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	43.528,40	40.738,10	31.843,6
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício proveniente de operações continuadas	212,6	93,8	(476,3)
EBITDA ⁽ⁱ⁾	12.754,3	10.272,4	7.968,6
EBITDA-Ajustado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	11.936,9	10.321,8	8.177,4
Margem EBITDA-Ajustado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	27,42%	25,34%	31,9
Dívida bruta ^(iv)	54.312,5	53.818,3	42.869,8
Dívida líquida ^(v)	41.563,5	40.659,9	31.745,3
Caixa e equivalentes de caixa	3.030,0	1.903,8	1.345,5
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9.719,0	11.254,5	9.600,8
Instrumentos financeiros derivativos	1.881,4	317,5	984,9
Variações de MTM contabilizadas no Patrimônio Líquido (<i>hedge accounting</i>)	(23,6)	(1.807,8)	(1.668,9)
Alavancagem líquida ^(vi)	3,4	3,9	3,7
Liquidez imediata ^(vii)	0,5	0,6	0,7
Liquidez corrente ^(viii)	1,3	1,3	1,4
Liquidez seca ^(ix)	0,8	0,9	1,0

A Simpar S.A. (“Controladora” ou “Companhia”) junto com suas controladas (em conjunto denominadas “Grupo”) operam em oito segmentos de negócios: serviços logísticos (“JSL”), locação de veículos leves (“Movida”), locação de caminhões, máquinas e equipamentos (“Vamos”), gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados para o setor público (“CS Brasil”), administração de portos e de concessões de rodovias e transporte urbano (“CS Infra”), concessionárias de veículos leves e pesados (“Automob”), serviços financeiros (“Banco BBC”) e serviços de gestão ambiental (“Ciclus Ambiental”).

(i) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 156/22. Consiste no lucro líquido do exercício, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de

renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

(ii) EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA Ajustado (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, ajustado) é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 156/22. Consiste no EBITDA como definido no item (i) anterior, adicionando, quando houver, a provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment) ou reversões, e EBITDA Ajustado dos últimos doze meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Companhia. O EBITDA Ajustado, é utilizado para demonstrar a performance operacional da Companhia, além de ser uma métrica para medição de adimplemento de covenants financeiros de contratos.

(iii) A “Margem EBITDA Ajustado” consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

(iv) A “Dívida Bruta” é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar, (v) instrumentos financeiros derivativos e (vi) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante, desconsiderando as variações de MTM contabilizadas no patrimônio líquido (hedge accounting).

(v) A “Dívida Líquida” é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras circulantes e não circulantes

(vi) A “Alavancagem Líquida” é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado de determinado período.

(vii) A “Liquidez imediata” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a soma do caixa e equivalentes de caixa mais títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras (circulantes), dividida pelo passivo circulante.

(viii) A “Liquidez corrente” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(ix) A “Liquidez seca” é um indicador elaborado pela Companhia e definido como soma do Caixa e equivalentes de caixa mais títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras (circulante) mais contas a receber (circulante), dividida pelo passivo circulante.

Dívida Bruta

(Em milhões de Reais, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Dívida bruta ajustada de curto prazo	10.120,1	7.656,9	4.042,6
Dívida bruta ajustada de longo prazo	44.192,4	46.161,4	38.242,2
Dívida Bruta Ajustada ⁽ⁱ⁾	54.312,5	53.818,3	42.869,8

(i) A “Dívida Bruta” é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar (v) instrumentos financeiros derivativos e (vi) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Bruta era de R\$ 54,3 bilhões, representando uma Dívida Líquida de R\$ 41,6 bilhões. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2024 perfazia R\$ 10.1 bilhões, e o caixa disponível foi equivalente a 1,5x da dívida de curto prazo.

Em comparação, em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Bruta era de R\$ 53,8 bilhões, representando uma Dívida Líquida de R\$ 40,7 bilhões. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2024 perfazia R\$ 7,7 bilhões, e o caixa disponível foi equivalente a 1,7x da dívida de curto prazo.

O aumento em R\$ 0,5 bilhão da dívida líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para 31 de dezembro de 2025, é proveniente de novas captações realizadas no mercado nacional e internacional, via Cédulas de Crédito Bancário – CCB, Notas Comerciais e Sênior Notes – BOND. As novas emissões de Debêntures também compõem o total da variação.

(b) Estrutura de capital

Os Diretores acreditam que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia apresentou equilíbrio entre capital próprio e de terceiros, em linha com suas atividades, conforme demonstrado na tabela abaixo:

(Em milhões de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	81.231,10	78.300,9	63.389,1
Patrimônio Líquido (capital próprio)	7.411,00	5.725,0	6.751,7
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	88.642,10	84.025,8	70.140,8
Parcela de capital de terceiros	91,64%	93,19%	90,37%
Parcela de capital próprio	8,36%	6,81%	9,63%

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia era composta por 8,36% de capital próprio e 91,64% de capital de terceiros, comparados a 6,81% de capital próprio e 93,19% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2024. Essa variação negativa de 1,55% é justificada pela redução dos saldos de instrumentos financeiros derivativos na curva, liquidação de saldos a pagar na aquisição de empresas e arrendamentos financeiros.

O capital de terceiros da Companhia é representado pela soma do passivo circulante mais passivo não circulante.

O padrão de financiamento da Companhia é basicamente composto por empréstimos destinados às necessidades de capital de giro, e principalmente para a renovação e expansão da frota.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos, conforme análise quantitativa demonstrada abaixo:

A Companhia apresentou posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 12,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 13,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024. A dívida bruta de curto prazo da Companhia, definida como a soma de (i) risco sacado a pagar, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar, (v) instrumentos financeiros derivativos e (vi) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso também circulante, era de R\$ 10,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 8,7 bilhões em 31 de dezembro de 2024.

A dívida de curto prazo é composta principalmente de financiamentos para aquisição de veículos, cujos fluxos de amortização são compatíveis com os prazos dos contratos e os valores residuais são quitados, em sua maioria, com recursos das vendas dos ativos.

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais e atividades de investimento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utilizou caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento de R\$ 781,5 milhões e utilizou R\$ 393,3 mil, respectivamente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento de R\$ 3.560,13 milhões e R\$ 1.528,62 milhões, respectivamente. A variação negativa entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi, principalmente, decorrente da redução da utilização do caixa para investimentos em ativos operacionais para locação e do recebimento do valor da primeira parcela da alienação da operação da Ciclus Ambiental S.A., respectivamente, que está em linha com o plano de expansão das operações da Companhia.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhões de Reais, exceto índices e datas)	Exercício social encerrado em			
	31/12/2025		31/12/2024	
Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante dez/2024	-	-	7.624,1	14%
Total passivo circulante dez/2025	10.120,1	19%	-	-
Total passivo não circulante	44.168,8	81%	46.194,2	86%
2025	-	-	8.025,5	15%
2026	10.120,1	19%	7.371,2	14%
2027	8.661,5	16%	9.166,4	17%
2028	12.390,2	23%	8.816,0	16%
2029	8.665,6	16%	7.589,8	10%
2030/2030 em diante	14.451,6	27%	5.225,2	10%
Total¹	54.288,9	100%	53.818,3	100%

Nota: Desconsidera a CLN de R\$4.346,6 mil, instrumento utilizado para a internalização de recursos e que gera efeito de duplicidade no balanço, com reconhecimento simultâneo do ativo e do passivo

(d) Fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) financiamento no mercado de capitais e financeiro, de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

No item 2.1 (f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto

prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1 (f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

DEBÊNTURES

Controladora												
1ª Série		Emissão			Datas							
Valores	Taxa de juros efetiva	Valores	Taxa de juros efetiva	Total	Emissão	Captação	Vencimento	Pagamento de juros	Espécie	Identificação do ativo na CETIP	Total em 31 de dezembro de 2025	
13ª Emissão (1ª emissão)	-	-	105.060	CDI + 2,20%	450.000	20/05/2019	30/05/2019	20/05/2026	Semestral	Quirografárias	JSML A3/B3	37.113
3ª Emissão	1.245.000	CDI+3,50%	255.000	IPCA+7,97%	1.500.000	15/09/2021	30/09/2021	15/09/2031	Semestral	Quirografárias	JSML A5/ B5	1.521.537
5ª Emissão	750.000	CDI+3,00%	-	-	750.000	15/08/2022	23/08/2022	15/08/2029	Semestral	Flutuante	SIMH15	796.229
6ª Emissão	850.000	CDI+3,20%	-	-	850.000	20/12/2022	02/01/2023	20/12/2032	Semestral	Quirografárias	SIMH16	845.171

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. A exceção a este fato são as emissões das debêntures realizadas pela Companhia e descritas neste Formulário de Referência com o intuito de refinanciar o capital de giro no longo prazo da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação brasileira em vigor, qual seja: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) passivos de arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio. Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia, ver item 2.1(e) deste Formulário de Referência.

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos da Companhia listados no item 2.1.f.i possuem restrições com relação à alteração de controle da Companhia, distribuição de dividendos acima do previsto no estatuto social ou na

legislação aplicável em caso de inadimplemento, contratação de novas dívidas, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários, além de cláusulas de *cross-default* e *cross acceleration*.

Em 31 de dezembro de 2025, 100% do endividamento da Companhia estava sujeito à *cross-default* e *cross acceleration*, as quais também se aplicam ao descumprimento de *covenants* ou declaração de vencimento antecipado de outras empresas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, os *covenants* financeiros aos quais a Companhia estava sujeita, conforme listados abaixo, estavam devidamente cumpridos.

Emissão	Dívida	Dívida financeira líquida (1) / EBITDA-Adicionado (2)	Limite da Companhia em 31 de dezembro de 2025	EBITDA- Adicionado (2) / despesa financeira líquida (3)	Limite da Companhia em 31 de dezembro de 2025
1ª	Debênture	Igual ou menor que 3,5	2,0x	Igual ou maior que 2	3,1x
3ª	Debênture	Igual ou menor que 3,5	2,0x	Igual ou maior que 2	3,1x
5ª	Debênture	Igual ou menor que 3,5	2,0x	Igual ou maior que 2	3,1x
6ª	Debênture	Igual ou menor que 3,5	2,0x	Igual ou maior que 2	3,1x

(1) Dívida Financeira Líquida para fins de *covenants*: significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos: (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (*floor plan*); ou a partir do momento em que não existirem mais dívidas da companhia a definição de dívida passa a ser: Dívida Financeira Líquida para fins de *covenants* significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos: (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e saldos a receber de cartões de crédito; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (*floor plan*);

(2) EBITDA-Adicionado para fins de *covenants*: significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos, custo dos veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

(3) Despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa os encargos da dívida acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 22 de fevereiro de 2022, a Atu 12 Arrendatária Portuária SPE S.A. efetuou uma captação por meio do Fundo Constitucional do Nordeste (“FNE”), junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com limite de financiamento com limite de crédito no valor de R\$ 332.646 mil com vencimento em 15/02/2042 e houve a utilização desse limite no valor de R\$ 332.646 mil, a uma taxa de IPCA + 2,76% a.a., o que representa uma utilização de 100%% do valor total do limite disponível em 31 de dezembro de 2025, para o projeto de melhoria de infraestrutura do Porto de Aratu.

Em 22 de fevereiro de 2022, a Atu 18 Arrendatária Portuária SPE S.A. efetuou uma captação por meio do FNE, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de R\$ 203.784 mil, com vencimento em 15/03/2036 e houve utilização desse limite no valor de R\$ 182.347 mil a uma taxa de IPCA + 2,76% a.a., o que representa uma utilização inferior a 89,5%% do valor total do limite disponível em 31 de dezembro de 2025, para o projeto de melhoria de infraestrutura do Porto de Aratu.

Em 10 de agosto de 2022, a Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A., efetuou uma captação por meio do FNE, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com um limite de crédito no valor de R\$ 220.732 mil com vencimento em 15/08/2038 e houve a utilização desse limite no valor de R\$ 210.058 mil, a uma taxa média de IPCA + 2,65% a.a., o que representa uma utilização de

95,1% do valor total do limite disponível em 31 de dezembro de 2025, para o projeto de infraestrutura na Rodovia Transcerrados no Piauí.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhões de Reais)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	2025 x 2024
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	43.528,3	100,0%	40.738,0	100,0%	2.790,3
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	-32.136,0	-73,8%	-30.310,6	-74,4%	-1.825,4
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	-32.136,0	-73,8%	-30.310,6	-74,4%	-1.825,4
Lucro bruto	11.392,0	26,2%	10.427,4	25,6%	964,6
Despesas comerciais	-1.601,3	-3,7%	-1.479,0	-3,6%	-122,3
Despesas administrativas	-2.324,1	-5,3%	-2.052,0	-5,0%	-272,1
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-311,8	-0,7%	-360,9	-0,9%	49,1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.002,6	2,3%	39,0	0,1%	963,6
Resultado de equivalência patrimonial	13,0	0,0%	8,0	0,0%	5,0
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	8.170,4	18,8%	6.582,0	16,2%	1.588,4
Receitas financeiras	2.089,3	4,8%	1.666,8	4,1%	422,5
Despesas financeiras	-10.005,3	-23,0%	-7.843,3	-19,3%	-2.162,0
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	254,4	0,6%	405,5	1,0%	-151,1
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-121,2	-0,3%	-123,0	-0,3%	1,8
Imposto de renda e contribuição social - diferido	82,0	0,2%	-193,0	-0,5%	275,0
Total do imposto de renda e da contribuição social	-39,2	-0,1%	-316,0	-0,8%	276,8
Lucro líquido do exercício	212,6	0,5%	93,8	0,2%	118,8

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 43.528,4 milhões comparativamente a R\$ 40.738,0 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 2.790,3 milhões ou 6,8%. Essa variação deve-se, principalmente pela expansão dos negócios que estão bem posicionados em setores resilientes e com grande potencial de desenvolvimento no Brasil. O crescimento é explicado por bases orgânicas, com adição de novos contratos de prestação de serviços e investimentos em ativos para locação.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 11.392,3 milhões comparativamente a R\$ 10.427,4 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 964,6 mil ou 9,3%. A expansão da margem bruta é resultante do ganho de escala proveniente da expansão dos negócios e do lucro bruto na venda dos ativos dado o novo patamar de preços de mercado.

Despesas comerciais, administrativas e outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

As despesas comerciais, administrativas e outras (despesas) receitas operacionais, líquidas no período findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 2.922,8 milhões comparativamente a R\$ 3.492 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma diminuição de R\$ 569,2 milhões ou -16,30%. Essa diminuição é explicada sobretudo pelo ganho de capital na venda das controladas Ciclus Ambiental S.A. e Ciclus Ambiental Rio S.A.

Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

As perdas esperadas ("impairment") de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 311,9 milhões comparativamente a R\$ 360,9 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 49 milhões ou -13,58%. Sendo uma

diminuição esperada que está em linha com a rubrica do contas a receber. Uma vez que o saldo do contas a receber sem o efeito das perdas esperadas (“*impairment*”) em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 9.070,1 milhões comparativamente a R\$ 7.417,6 milhões no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de R\$ 1.652,6 milhões. Além disso, o Grupo possui políticas e procedimentos adequados para controle do *impairment* do contas a receber.

Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras no período findo de 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 7.916,1 milhões de despesas comparativamente a R\$ 6.176,6 milhões de despesas no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de R\$ 1.739,5 milhões ou 28,2%. Esse aumento é explicado sobretudo pelo incremento da dívida líquida como reflexo de investimentos realizados para o crescimento do Grupo.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi negativo em R\$ 38,9 milhões, que comparativamente a R\$ 315,6 milhões negativo para o mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 278 mil ou 87,7%. Esta variação se deu principalmente pela alienação das operações da Controlada Ciclus Ambiental S.A.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

O lucro no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 212,6 milhões comparativamente a R\$ 93,8 milhões de prejuízo no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 118,8 milhões ou 126,65%. Essa variação foi em razão do redução dos prejuízos fiscais em virtude da alienação das operações da Controlada Ciclus Ambiental S.A.

Análise patrimonial dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(em milhões de Reais)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	2025 X 2024
Ativo	88.642	100,00%	84.026	100,00%	5,49%
Circulante	31.649	35,70%	27.221	32,40%	16,27%
Caixa e equivalentes de caixa	3.030	3,42%	1.904	2,27%	59,14%
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	13.826	15,60%	11.067	13,17%	24,93%
Instrumentos financeiros derivativos	147	0,17%	1.034	1,23%	-85,78%
Contas a receber	7.701	8,69%	6.176	7,35%	24,69%
Estoques	2.832	3,19%	3.200	3,81%	-11,50%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	1.338	1,51%	1.576	1,88%	-15,12%
Tributos a recuperar	527	0,59%	465	0,55%	13,34%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.135	1,28%	942	1,12%	20,53%
Dividendos a receber	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Partes relacionadas	0,18	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros créditos	1.113	1,26%	856	1,02%	30,05%
Não circulante	56.993	64,30%	56.805	67,60%	0,33%
Realizável a longo prazo	4.440	5,01%	6.219	7,40%	-28,61%

Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	240	0,27%	187	0,22%	28,23%
Instrumentos financeiros derivativos	594	0,67%	2.244	2,67%	-73,51%
Contas a receber	328	0,37%	473	0,56%	-30,64%
Tributos a recuperar	681	0,77%	510	0,61%	33,57%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	290	0,33%	198	0,24%	46,23%
Depósitos judiciais	145	0,16%	153	0,18%	-5,45%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.507	1,70%	1.666	1,98%	-9,52%
Partes relacionadas	1	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ativo de indenização por combinação de negócios	382	0,43%	520	0,62%	-26,56%
Outros créditos	272	0,31%	267	0,32%	1,94%
Investimentos	43	0,05%	42	0,05%	3,38%
Imobilizado	47.944	54,09%	46.262	55,06%	3,64%
Intangível	4.565	5,15%	4.281	5,09%	6,63%
Passivo e Patrimônio líquido	88.642	100,00%	84.026	100,00%	5,49%
Circulante	24.252	27,36%	21.081	25,09%	15,04%
Fornecedores	7.377	8,32%	7.207	8,58%	2,36%
<i>Floor plan</i>	1.028	1,16%	747	0,89%	37,57%
Risco sacado a pagar	18	0,02%	33	0,04%	-45,77%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.149	10,32%	6.966	8,29%	31,34%
Instrumentos financeiros derivativos	1.021	1,15%	1.560	1,86%	-34,58%
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	80	0,09%	132	0,16%	-39,53%
Arrendamentos a pagar por direito de uso	383	0,43%	447	0,53%	-14,28%
Cessão de direitos creditórios	2.047	2,31%	1.368	1,63%	49,64%
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	385	0,43%	391	0,47%	-1,56%
Compra de ações de controladas a termo	167	0,19%	86	0,10%	94,11%
Obrigações sociais e trabalhistas	869	0,98%	750	0,89%	15,83%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	52	0,06%	53	0,06%	-1,28%
Tributos a recolher	684	0,77%	556	0,66%	22,98%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	322	0,36%	181	0,21%	78,11%
Partes relacionadas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras contas a pagar	670	0,76%	606	0,72%	10,63%
Não circulante	56.979	64,28%	57.220	68,10%	-0,42%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	47.520	53,61%	48.086	57,23%	-1,18%
Instrumentos financeiros derivativos	1.602	1,81%	2.035	2,42%	-21,26%
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	11	0,01%	92	0,11%	-87,77%
Arrendamentos a pagar por direito de uso	1.931	2,18%	1.675	1,99%	15,25%
Cessão de direitos creditórios	1.257	1,42%	549	0,65%	128,98%
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	918	1,04%	1.139	1,36%	-19,37%

Tributos a recolher	14	0,02%	17	0,02%	-19,89%
Obrigações sociais e trabalhistas	32	0,04%	56	0,07%	-43,66%
Provisão para demandas judiciais e administrativas	535	0,60%	670	0,80%	-20,09%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.931	2,18%	1.613	1,92%	19,74%
Partes relacionadas	1	0,00%	1	0,00%	-47,20%
Compra de ações de controladas a termo	1.080	1,22%	1.081	1,29%	-0,13%
Outras contas a pagar	148	0,17%	205	0,24%	-27,98%
Patrimônio líquido	7.411	8,36%	5.725	6,81%	29,45%

Comparação dos números patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante era de R\$ 31.649,3 milhões em comparação com R\$ 27.220,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 35,70% em 31 de dezembro de 2025. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, as rubricas de “caixa e equivalentes de caixa” e “títulos e valores mobiliários” apresentaram saldo de R\$ 3.030 milhões e R\$ 9.719 milhões, respectivamente, e para exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 os saldos foram de R\$ 1.903,8 milhões e R\$ 11.067,3 milhões. Este acréscimo somado foi de R\$ 222,1 milhões ou 1,7% e decorreu da nas atividades regulares da Companhia.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “contas a receber” apresentou saldo de R\$ 8.028,6 milhões e R\$ 6.649,6 milhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 1.379 milhões ou 17,18%, decorreu principalmente do crescimento operacional do segmento de locação, maior volume de vendas nas concessionárias e início de operação de novos contratos de concessão.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo não circulante era de R\$ 56.992,8 milhões em comparação com R\$ 56.804,8 milhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 64,3%, em 31 de dezembro de 2025 e 67,6% em 31 de dezembro de 2024. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “imobilizado” apresentou saldo de R\$ 47.944,4 milhões e R\$ 46.262,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, com um aumento de R\$ 1.681,9 milhões ou 3,64%. O aumento foi pela adição principalmente de veículos para frota, o que é esperado pelo Grupo, especialmente no segmento de locação.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2025 o passivo circulante era de R\$ 24.251,8 milhões em comparação com R\$ 21.080,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do passivo e patrimônio

líquido, o passivo circulante era de 27,4% em 31 de dezembro de 2025 e 25,1% em 31 de dezembro de 2024. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “Fornecedores” apresentou saldo de R\$ 7.377,3 milhões em comparação com R\$ 7.206,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 170,4 milhões ou 2,31%, se deve principalmente às aquisições de ativos operacionais, veículos e máquinas, notadamente.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “Empréstimos, Financiamentos e Debêntures” apresentou saldo de R\$ 56.668,7 milhões em comparação com R\$ 55.051,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 1.616,8 milhões ou 2,94% se deve principalmente a: (i) amortização de R\$ 10.685,2 milhões de empréstimos e financiamentos; (ii) novos contratos do exercício que totalizaram R\$ 14.987,4 milhões; sendo que (v) as demais variações foram juros pagos no montante de R\$ 6.172,3 milhões, juros apropriados de R\$ 6.689,6 milhões, variação cambial negativa de R\$ 1.200,2 milhões e alocação da variação negativa de hedge de valor justo de R\$ 1.682,7 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025 o passivo não circulante era de R\$ 56.979,3 milhões em comparação com R\$ 57.219,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 64,28% em 31 de dezembro de 2025 e 68,1% em 31 de dezembro de 2024.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “Empréstimos e Financiamentos” apresentou saldo de R\$ 47.519,8 milhões em comparação com R\$ 48.086,3 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esta variação de R\$ 566,2 mil ou 1,18% foi explicado em Empréstimos e Financiamentos - Passivo circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido era de R\$ 7.411 milhões em comparação com R\$ 5.724,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 1.686,1 milhões ou 29,45%, em virtude principalmente das variações de hedge de fluxo de caixa, recompra de ações e redução de participação de acionistas não-controladores.

Discussão e análise do fluxo de caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	31/12/2025	31/12/2024	2025 x 2024
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades operacionais	(781.548)	(3.560.134)	78,05%
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de investimento	(393.261)	(1.528.622)	74,27%
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	2.300.912	5.647.131	-59,26%
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.126.103	558.375	101,68%
Caixa e equivalentes de caixa	1.126.103	558.375	101,68%
No início do exercício	1.903.850	1.345.475	41,50%

No final do exercício	3.029.953	1.903.850	59,15%
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.126.103	558.375	101,68%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 782 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a uma utilização de caixa de R\$ 3.560,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma variação de R\$ 2.778,5 milhões, ou 78,05%. Essa utilização de recursos decorreu principalmente da redução na compra de ativo imobilizado operacional e nos ganhos com variação cambial nas operações de empréstimos e financiamentos

Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 393,3 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 1.528,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa utilização de recursos decorreu principalmente a menor volume de ações de ativos imobilizados e intangíveis e pelo recebimento do valor referente à alienação da operação de sua controlada Ciclus Ambiental.

Caixa líquido utilizado gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 2.300,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado com uma geração de caixa de R\$ 5.647,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução decorreu principalmente pelo maior valor de amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.

2.2. Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das nossas operações

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

SEGMENTO JSL

Receita Bruta

Receita Bruta de Serviços

- **Transporte Rodoviário de Cargas**

Os Diretores da JSL informam que as receitas provenientes de Transporte de Cargas variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

- **Distribuição Urbana**

Os Diretores da JSL informam que as receitas provenientes de Transporte de Cargas variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

- **Operações de Logística Dedicada**

Os Diretores da JSL informam que as receitas provenientes de Operações de Logística Dedicada variam em função da quantidade de empregados e/ou máquinas alocadas, quantidade movimentada e/ou transportada de cargas, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

- **Serviços de Armazenagem**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Serviços de Armazenagem variam em função do tempo de área disponibilizada para armazenagem, quantidade movimentada, combinada com o volume (ex: m³) e/ou peso da carga.

Receita Bruta de Venda de Ativos

- **Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços**

Os Diretores da JSL informam que reconhecem como receita de Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços a alienação de veículos leves, utilitários e pesados, máquinas e equipamentos, desmobilizados da operação e colocados à venda pelo estado em que se encontram, e que foram utilizados na prestação de nossos serviços.

Os Diretores da JSL esclarecem que a renovação de frota de veículos leves e utilitários ocorre, em geral, entre 2 e 3 anos. Os caminhões e cavalos mecânicos são renovados com periodicidade de 3 anos, ao passo que as máquinas e equipamentos com periodicidade de 5 anos.

Receita Líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

SEGMENTO VAMOS

Receita de Serviços e Venda de Ativos

A receita líquida da Vamos é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento.

Os negócios da Vamos foram divididos em 2 segmentos operacionais: (i) locação de veículos pesados; e (ii) customização. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas consiste em:

1. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas;
2. Industrialização e customização de caminhões.

SEGMENTO MOVIDA

As principais fontes de receita da Movida são decorrentes do resultado de suas atividades operacionais, que consistem na (i) locação de veículos (Rent-a-Car - RAC e Gestão e Terceirização de Frotas - GTF); e (ii) desmobilização de ativos utilizados para locação de veículos.

A receita de RAC é derivada do volume de diárias e do preço médio por diária, a qual varia de acordo com o prazo de locação, classe de veículos e serviços adicionais. A receita de GTF é oriunda de um valor de locação mensal, baseado no valor do carro e no prazo do contrato. A receita de venda de ativos é reflexo do volume de carros vendidos e preço médio.

Receita Líquida

Os Diretores da Movida informam que a receita líquida se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

SEGMENTO CS INFRA

Receita de Serviços

As principais fontes de receita da CS Infra são decorrentes do resultado de suas atividades operacionais, que consistem na administração de portos, mercados municipais, estacionamentos rotativos e concessões de rodovias; (ii) transporte urbano de passageiros no formato *Bus Rapid Transit* ("BRT").

SEGMENTO CS BRASIL

Receita de Serviços

- **Gestão e Terceirização de frotas/equipamentos**

As receitas provenientes de gestão e terceirização variam em função da quantidade de veículos e da tarifa cobrada por veículo disponibilizado. Adicionamos serviços como o dimensionamento de frotas e serviços agregados (motorista, manutenção e reposição de veículos e equipamentos e garantia de disponibilidade) a este segmento, os quais também são considerados na precificação.

- **Transporte de Passageiros**

As receitas provenientes de transporte de passageiros variam em função do volume de passageiros transportados e da tarifa cobrada por passageiro, no caso da divisão de linhas de ônibus de

transporte coletivo. Em relação à divisão de fretamentos para empresas, leva-se em consideração a quantidade de ativos, de profissionais alocados na operação e distância percorrida.

- **Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços**

A receita de venda de ativos considera a desmobilização de ativos que foram utilizados na prestação de serviços e são colocados à venda pelo estado em que se encontram, podendo ser veículos leves, utilitários e pesados, máquinas e equipamentos.

A renovação de frota de veículos leves e utilitários ocorre, em geral, entre 2 e 3 anos. Os caminhões e cavalos mecânicos são renovados com periodicidade de 3 anos, ao passo que as máquinas e equipamentos com periodicidade de 5 anos.

SEGMENTO AUTOMOB

Receita de Serviços e Venda de Ativos

Os Diretores da Companhia informam que registramos como receita na Automob: (i) Comercialização de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, novos e usados e a comissão sobre o valor dos veículos novos vendidos diretamente das montadoras; (ii) a comercialização de peças e acessórios; (iii) serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura; (iv) as comissões oriundas da venda de seguros, de serviços de documentação; e (v) bonificações recebidas das montadoras, em função da estratégia de vendas corrente e em função do percentual de atingimento das metas de vendas.

SEGMENTO BBC

Receita de Serviços

A receita de prestações de serviços da BBC corresponde a: (i) operações de arrendamento financeiro e/ou operacional para a aquisição de veículos e equipamentos definidas na Lei 6.099/74, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; (ii) serviços financeiros bancários relacionados a produtos de carteira comercial, tais como: contas digitais, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito pessoal, capital de giro e antecipação a fornecedores.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia informam que os principais fatores que afetaram as receitas estão relacionados ao crescimento orgânico do Grupo, através de aquisições, e de ajustes de preços face às condições de mercado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foram constatadas variações nas receitas diretamente decorrentes das modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em moeda local (Real) e não são vinculados às variações de preços dos produtos e serviços de nossos clientes.

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 43.528,4 milhões comparativamente a R\$ 41.062,9 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 2.465,5 milhões ou 6%. Esse nível de crescimento reflete nossa capacidade de execução e implantação de novos contratos, repasse de inflação nos preços praticados e assertividade das aquisições realizadas, passo que as empresas adquiridas tiveram sua curva de crescimento e rentabilidade aceleradas quando inseridas no Grupo Simpar.

Para mais informações, vide item “2.1 h”, deste Formulário de Referência.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em 2025 os diretores da Companhia informam que as principais variações estão relacionadas ao crescimento orgânico das operações, que resultou no aumento da base de clientes e do número de contratos, além do aumento de preços por conta da inflação na JSL, Movida e Automob, que apresentaram crescimento da receita líquida em relação a 2024 de 6,45%, 8,83% e 4,70%, respectivamente.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foram constatadas variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais e não são vinculados às variações de preços dos produtos e serviços de nossos clientes.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Administração supervisiona a gestão dos riscos financeiros e que as operações financeiras são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo seu Comitê Financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Grupo Simpar busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

O Grupo Simpar está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e sua moeda funcional. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais, principalmente em Reais. Mas, também há contratos em dólares norte-americanos e euro, que foram protegidos contra a variação de taxa de câmbio por instrumentos de swap, que troca a indexação cambial e taxa pré-fixada por percentual da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, limitando a exposição a eventuais perdas por variações cambiais.

O Grupo Simpar está exposto substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar a instituições financeiras. Como política, o Grupo Simpar procura concentrar esse risco à variação do DI, e utiliza derivativos para esse fim.

A Companhia possui contratos de *swap* de taxas de juros indexadas ao IPCA mais *spread* pré-fixado, para percentual do CDI. Esses instrumentos foram contratados para proteger os resultados da Companhia das volatilidades causadas pelas variações do IPCA, que nas datas de suas contratações, eram avaliadas pela Administração, com apoio do Comitê Financeiro, como maior risco. Todas as contratações foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Em decorrência das emissões de debêntures e demais financiamentos obtidos nos últimos exercícios sociais, um importante indexador da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das nossas dívidas. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação positiva do CDI no último exercício social impactou negativamente a Companhia, bem como o aumento do custo de dívida.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício não houve algum impacto que represente montante relevante em função do câmbio.

2.3. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não teve mudanças significativas em suas práticas contábeis durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve opiniões modificadas, ressalvas, tampouco parágrafo de ênfase comentado no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) da introdução ou alienação de segmento operacional

Alienação da Ciclus Ambiental S.A.

Em 08 de dezembro de 2025 foi concluída a alienação de 100% da Ciclus Ambiental (“**Ciclus Ambiental**”) para uma subsidiária integral da Aegea Saneamento e Participações S.A.

A Ciclus fazia parte do segmento operacional ambiental do Grupo e a transação foi parte do planejamento estratégico da SIMPAR de maximizar a geração de valor através da combinação de rigorosa disciplina de alocação de capital.

O valor total ajustado da transação foi de R\$1,085 bilhão (Equity Value), sendo que R\$ 769,4 milhões foram pagos em 08 de dezembro de 2025 e o saldo remanescente será pago em duas parcelas de R\$ 158 milhões cada com vencimentos em abril de 2026 e abril de 2027. Estas duas parcelas serão corrigidas por 100% do CDI desta data até seus respectivos vencimentos.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, considerando que não houve operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia no exercício social encerrado em 2025.

(c) dos eventos ou operações não usuais

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não houve eventos ou operações não usuais.

2.5. Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as seguintes medições não contábeis:

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 156, de 23 de junho de 2022 (“**Resolução CVM nº 156/22**”), e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA para os últimos dois exercícios sociais:

(Em milhares de Reais, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024
EBITDA	12.754,3	10.272,4
Margem EBITDA	29,30%	25,22%
EBITDA Ajustado	11.936,9	10.321,0
Margem EBITDA Ajustado	27,42%	25,34%

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Nossa dívida bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil a pagar, risco sacado a pagar e instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante). Nossa dívida líquida é calculada pela dívida bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante), desconsiderando as variações de *MTM* contabilizadas no patrimônio líquido (*hedge accounting*).

A Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“**BR GAAP**”) e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta e Dívida Líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Seguem os valores da dívida bruta e dívida líquida da Companhia para as datas abaixo indicadas:

(Em milhares de Reais)	31/12/2025	31/12/2024
Dívida bruta	54.312,50	53.818,30
Dívida líquida	41.563,50	40.659,90

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido do exercício para o EBITDA e a Margem EBITDA nos exercícios abaixo indicados:

(Em milhares de Reais, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do exercício	212,60	93,80
Lucro/Prejuízo de operações descontinuadas	(2,60)	4,80
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	38,90	315,60
(+) Resultado financeiro, líquido	7.916,10	6.176,60
(+) Depreciação e amortização	4.584,20	3.691,10
EBITDA	12.754,30	10.272,40
Margem EBITDA	29,30%	25,22%
EBITDA Ajustado	11.936,90	10.321,00
Margem EBITDA Ajustado	27,42%	25,34%

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a nossa dívida bruta e dívida líquida nas datas abaixo indicadas:

(Em milhares de Reais)	31/12/2025	31/12/2024
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)	52.345,7	55.051,90
(+) Arrendamento a pagar a instituições financeiras (circulante e não circulante)	91,10	223,90
(+) Risco sacado a pagar	17,90	32,90
(-) Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante)	1.881,40	317,50
(-) Variações de <i>MTM</i> contabilizadas no Patrimônio Líquido (<i>hedge accounting</i>)	(23,6)	(1.807,80)
Dívida Bruta	54.312,50	53.818,40
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.030,00)	(1.903,90)
(-) Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)	(9.719,00)	(11.254,50)
Dívida Líquida	41.563,50	40.660,00

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis que acreditamos serem medidas práticas para medir o desempenho operacional dos nossos investimentos, que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e itens relevantes que não afetam a sua geração de caixa, como o custo de venda de ativos desmobilizados.

A nossa Administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado fornecem uma medida útil do seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. No entanto, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa

os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida são medições úteis para a avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Esses indicadores (EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustado, Dívida Bruta e Dívida Líquida) não substituem medidas contábeis reconhecidas pelo BR GAAP ou pelas normas IFRS.

2.6. Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 30 de março de 2026, apresentou os seguintes eventos subsequentes:

Conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã

A Companhia tem acompanhado atentamente os desdobramentos decorrentes do conflito militar envolvendo os Estados Unidos, Israel e o Irã. Ainda que a Simpar e suas controladas não mantenham relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores localizados na Ásia Ocidental ou na Ásia Central, a Administração entende que os principais impactos econômicos potenciais decorrem da elevação significativa no preço internacional do barril de petróleo. Esse movimento pode resultar em aumento nos preços dos combustíveis no mercado doméstico, pressionando a inflação e contribuindo para a manutenção das taxas de juros em patamar elevado, com reflexos diretos nas despesas financeiras da Companhia.

Adicionalmente, a Administração acompanha de perto os possíveis efeitos da alta do diesel sobre seus custos operacionais, incluindo eventuais incrementos nos valores pagos a agregados e terceiros, bem como nos gastos com combustíveis e lubrificantes. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia segue monitorando o cenário e avaliando seus potenciais impactos.

Grupamento de ações

Em 23 de janeiro de 2026, a Companhia, comunicou ao mercado e seus acionistas a aprovação da proposta de grupamento de ações pelo Conselho de Administração na proporção de 2:1, sem modificação de seu capital social, bem como foi também convocada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para o dia 13 de fevereiro de 2026 para votação do tema.

Em 13 de fevereiro de 2026, os acionistas aprovaram a alteração do Estatuto Social da Companhia. O capital social da Companhia permanece em R\$ 1.174.362 dividido em 436.520.566 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Foi também aprovada o aumento do limite de capital autorizado, passando de 300.000.000 (trezentos milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para 1.000.000.000 (um bilhão) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Captação de dívidas – Segmento Movida

Em 05 de fevereiro de 2026, a Movida formalizou à CVM e ao mercado em geral sobre eventos ocorridos de 01 de janeiro de 2026 à 05 de fevereiro de 2026 relacionados à captação de diversas modalidades de crédito que totalizam R\$ 3.550 milhões. Dentre as modalidades de crédito estão: empréstimo com o International Finance Corporation e bancos internacionais no montante de R\$ 1.300.000, emissão de debêntures no montante de R\$ 1.150 milhões e empréstimo e rolagem de dívidas no montante de R\$ 1.100 milhões.

Contrato de concessão para operação de terminal portuário – Segmento CS Infra

Em 26 de fevereiro de 2026, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado a informação que a comissão responsável pelo Leilão nº 01/2026-ANTAQ declarou vencedora a proposta controlada CS Infra S.A. par o arrendamento da área MCP01, localizada dentro do Porto Organizado de Santana, no estado do Amapá.

A concessão terá duração de 25 anos, sendo destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais. A remuneração da CS Infra decorrerá da cobrança direta aos usuários das atividades portuárias, conforme estipulado pelo contrato de arrendamento.

O investimento total previsto é de R\$ 138 milhões destinados à infraestrutura operacional e compra de novos equipamentos para expansão e modernização, como pavimentação, ampliação de píer e instalação de novo shiploader. O plano de investimento prevê média de R\$ 19,5 milhões por ano nos primeiros seis anos e média de R\$ 1 milhão por ano até o final do contrato.

Outorga de opção de compra de ações – Segmento JSL

Em 5 de março de 2026, após a data base das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a SIMPAR celebrou com a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR um instrumento pelo qual outorgou à BNDESPAR uma opção de compra para aquisição de até 14.222.248 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da JSL S.A., que representam até 5% de seu capital social.

O preço de exercício por ação corresponderá ao menor entre R\$ 7,89, ou 95% da cotação de fechamento da ação da JSL no pregão imediatamente anterior à data de exercício da opção. A opção poderá ser exercida pela BNDESPAR em até 30 dias após a homologação do aumento de capital da SIMPAR, sendo que o exercício está condicionado à prévia homologação deste aumento de capital.

Aumento de capital privado

Em 5 de março de 2026, a Companhia, a Vamos e a Movida, aprovaram um aumento de capital privado, os quais contarão com compromissos de investimento da BNDES Participações S.A. e da JSP Holding S.A., acionista controladora da Companhia.

- O Aumento de Capital na Simpar terá o montante de, no mínimo, R\$ 1.400 milhão e, no máximo, R\$ 2.000 milhões, mediante a subscrição privada de, no mínimo, 124.555.161, e, no máximo, 177.935.944 novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da SIMPAR, a serem integralizadas à vista, ao preço de emissão de R\$ 11,24 por cada ação.
- O Aumento de Capital na Vamos terá o montante de, no mínimo, R\$ 400 milhões e, no máximo, R\$ 600 milhões, mediante a subscrição privada de, no mínimo, 103.896.104, e, no máximo, 155.844.156 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da VAMOS, a serem integralizadas à vista, ao preço de emissão de R\$ 3,85 por cada ação; e
- O Aumento de Capital na Movida terá o montante de, no mínimo, R\$ 500 milhões e, no máximo, R\$ 750 milhões, mediante a subscrição privada de, no mínimo, 42.662.117, e, no máximo, 63.993.175 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da MOVIDA, a serem integralizadas à vista, ao preço de emissão de R\$ 11,72 por cada ação.

A operação está em linha com o planejamento estratégico das Companhias e de execução das ações de longo prazo, com foco em eficiência, desenvolvimento sustentável e no aprimoramento das cadeias de logística, mobilidade e infraestrutura, impulsionando a inovação nesses setores e colaborando com a competitividade do país.

Cancelamento de ações em tesouraria

Em 5 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia, da JSL, Vamos e da Movida, aprovou o cancelamento de ações ordinárias de emissão das Companhias então mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social.

- A JSL efetuou o cancelamento de 1.986.132 ações ordinárias. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 842,8 milhões, passando a ser representado por 284.444.946 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
- A Vamos efetuou o cancelamento de 15.049.828 ações ordinárias. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 1.013 milhões, passando a ser representado por 1.065.982.709 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
- A Simpar efetuou o cancelamento de 9.722.509 ações ordinárias. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 1.174,4 milhões, passando a ser representado por 426.797.757 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
- A Movida efetuou o cancelamento de 9.765.700 ações ordinárias. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 2.630,1 milhões, passando a ser representado por 338.165.766 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A alteração do artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a nova quantidade de ações, será deliberada em assembleia geral de acionistas a ser convocada.

Contrato de concessão intrassocial – Segmento CS Infra

Em 25 de março de 2026, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado informação que a controlada CS Infra S.A. foi a vencedora das concorrências dos lotes Norte e Sul, para a construção, manutenção, conservação e operação de unidades de ensino localizados no estado do Paraná para atender 29.000 estudantes do ensino fundamental e médio.

As contraprestações mensais fixas de R\$ 13,5 milhões para o lote Norte e R\$ 15.4 milhões para o lote Sul, englobam a prestação de serviços não pedagógicos como: higiene, limpeza, segurança, vigilância, manutenção e conservação, dentre outros.

- A concessão do lote Norte tem duração de 20 anos e envolve a construção de 18 unidades de ensino distribuídas em 12 municípios com capacidade para 13.000 estudantes.
- A concessão do lote Sul tem duração de 20 anos e envolve a construção de 22 unidades de ensino distribuídas em 19 municípios com capacidade para 16.000 estudantes.

O plano de investimento será viabilizado 80% por financiamento e geração de caixa e 20% de recursos próprios.

2.7. Política de destinação dos resultados

	2025
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital subscrito, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76. Ademais, na deliberação acerca do lucro remanescente, a Assembleia Geral deverá definir a parcela dele que será destinada à Reserva Estatutária de Lucros para Capitalização de Controladas.
Valores das retenções de lucros	Houve retenção de lucros no montante de R\$ 28.123 e constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 1.974.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, a Companhia poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade, incluindo respectivos passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

ii. Contratos futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

iii. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada que não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens que não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme informado no item 2.8, a Companhia não possui itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Natureza e o propósito da operação

Conforme informado no item 2.8, a Companhia não possui itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme informado no item 2.8, a Companhia não possui itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10. Plano de Negócios

(a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, visto que não há projeções de CAPEX para os próximos anos divulgadas.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O grupo Simpar possui diversos segmentos de negócio, sendo que os investimentos mais representativos, estão representados no segmento de locação de veículos leves, frotas de leves e pesados, caminhões, máquinas e equipamentos, é caracterizado pela necessidade de uso intensivo de capital e renovação desses ativos são fundamentais para financiar a expansão e renovação das frotas. Atualmente, as principais fontes de financiamento dos investimentos da Companhia correspondem a emissão de títulos de dívida patrimoniais (debêntures), cédulas de créditos bancários (CDBs), notas promissórias (NPs), financiamentos para investimentos em veículos, máquinas e equipamentos (FINAME) e de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs), e também a cessão de direitos creditórios decorrentes dos contratos de locação, que está mais presente no segmento de pesados.

A Controladora Simpar também utiliza o recurso captado *senior bonds*, como forma de investimento em suas controladas, investindo no crescimento do grupo de forma orgânica e inorgânica.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos que não estejam no curso normal das operações da Companhia. Entretanto, oportunidades que surjam poderão ser avaliadas, desde que não intervenham no planejamento estratégico do grupo.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Aquisição de frota – segmento Vamos

Em 15 de janeiro de 2024, a controlada Vamos concluiu a transação, na qual efetuou a aquisição de 2.923 caminhões e celebrou, concomitantemente, contrato de locação dos veículos com o Grupo Petrópolis. O valor da aquisição foi de R\$ 575.300. Nessa operação, a Vamos acordou a locação de cerca de 2.390 caminhões e a desmobilização dos outros 533 caminhões, disponibilizados para venda. Do total de ativos locados, 587 caminhões serão substituídos por caminhões zero quilômetro. O contrato de locação tem prazos de 5 a 7 anos, reajustado anualmente pela inflação. O valor do contrato é de R\$ 15.600 de receita bruta mensal, totalizando um fluxo contratual total de cerca de R\$ 1.100.000.

Constituição de holding – segmento Ciclus Ambiental

Em 02 de fevereiro de 2024, a Companhia constituiu a holding Ciclus Ambiental S.A. (“Ciclus Ambiental”) para consolidar os negócios existentes e futuros do Grupo no setor de gestão e valorização de resíduos e saneamento, e representar o segmento de negócios Ciclus Ambiental, o

qual compreende as controladas Ciclus Ambiental do Brasil S.A. (“Ciclus Rio”), localizada no Rio de Janeiro (RJ), e a controlada Ciclus Amazônia S.A. (“Ciclus Amazônia”).

Concessão de gestão de resíduos – segmento Ciclus Ambiental

Em 08 de janeiro de 2024 a controlada CS Brasil, através do Consórcio Natureza Viva Saneamento e Meio Ambiente (“Consórcio”), no qual participa com 45%, venceu a concorrência nº 02/2023 que tem como objeto a parceria público-privada (“PPP”), na modalidade de concessão administrativa, para prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos na cidade de Belém-PA (“Concessão”).

O Consórcio constituiu uma sociedade de propósito específico, com razão social Ciclus Amazônia S.A., que em 15 de abril de 2024 iniciou os trabalhos de gestão de resíduos da cidade de Belém-PA. O escopo do contrato contempla a coleta, varrição, transbordo, transporte e triagem para fins de reutilização ou reciclagem, implantação de uma Estação de Transferência de Resíduos (“ETR”) e do novo Centro de Tratamento de Resíduos (“CTR”), além da destinação final dos resíduos de forma ambientalmente adequada. A Concessão terá duração de 30 anos, encerrando em janeiro de 2054.

Aumento de capital por subscrição de ações – Simpar

Em fevereiro de 2024, a JSP Holding S.A. integralizou 34.632.624 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia pelo valor de R\$ 1,00 (um real), exercendo o direito de integralização por Bônus de Subscrição de ações definido no protocolo de incorporação de ações da CS Infra, que detinha o controle direto na Ciclus Rio.

O exercício do Bônus de Subscrição estava condicionado ao reestabelecimento do alcance dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 318/2003 (“Contrato de Concessão”), celebrado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro (“COMLURB”) com a Ciclus Rio, que foi efetivado em aditivo assinado pelas partes em 22 de dezembro de 2023.

As novas ações emitidas decorrem do pleno atingimento da métrica estabelecida no Certificado do Bônus de Subscrição relacionada ao valor efetivo do reajuste da tarifa mensal dos serviços prestados no âmbito do Contrato de Concessão, tendo sido ajustada pelos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela SIMPAR a partir de 28 de outubro de 2021, conforme estabelecido no Certificado do Bônus de Subscrição.

Em decorrência deste bônus de subscrição, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$1.174.361.606,43, representado por 838.407.909 ações ordinárias, para R\$1.174.361.607,43, representado por 873.040.533 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal

Reorganização societária – segmentos Automob e Vamos

Em 29 de setembro de 2024, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral, proposta de reestruturação societária com o objetivo de (i) tornar a operação de sua controlada direta Vamos exclusiva e diretamente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos e (ii) combinar os negócios de sua controlada indireta Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A. (“Vamos Concessionárias”) e a controlada direta Automob, unificando o segmento de concessionárias de veículos leves e pesados, com a subsequente listagem da companhia resultante no Novo Mercado.

Em 22 de novembro de 2024, essa operação foi aprovada pelos acionistas da Vamos, da Vamos Concessionárias e da Automob em suas respectivas assembleias gerais extraordinárias. Em 27 de

novembro de 2024, foi deferido o pedido de companhia aberta na CVM e a solicitação de listagem no Novo Mercado B3 da Vamos Concessionárias, e em 30 de novembro de 2024, foi firmado termo de fechamento da operação pelas administrações das companhias envolvidas, efetivando a cisão parcial da Vamos separando a operação de concessionárias.

Foi então efetuada a distribuição das ações da Vamos Concessionárias aos acionistas da Vamos Locação no dia 16 de dezembro de 2024, que passaram a ser negociadas na B3 pelo ticker “AMOB3”.

A transação incluiu a aquisição por R\$ 1.000.000 pela Vamos Concessionárias da Simpar de 51,29% de participação da Automob, com a conclusão da operação.

Em 31 de dezembro de 2024, foi consumada a incorporação da Automob pela Vamos Concessionárias, que teve seu nome alterado para Automob Participações, concluindo assim a transação aprovada pelos acionistas. Como consequência da incorporação, foram emitidas 649.641.275 novas ações ordinárias de emissão da Automob Participações (AMOB3) em benefício dos acionistas da AUTOMOB S.A. e, assim, o total de ações ordinárias emitidas pela AUTOMOB PARTICIPAÇÕES (AMOB3) passou a ser de 1.894.302.852 ações ordinárias, a incorporação gerou, pela troca das participações, uma perda no montante de R\$ 60.752, registrada no patrimônio líquido.

A Simpar passou a deter 60,11% de participação na Vamos Concessionárias, e, os demais acionistas da Vamos Locação 25,40% e os outros acionistas da Automob os 14,49% remanescentes.

A operação gerou uma baixa de créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 255.932, reconhecido nas demonstrações de resultados do exercício consolidadas.

De acordo com a interpretação técnica ICPC 09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, nas operações com controladas, o lucro não realizado foi totalmente eliminado nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor de R\$ 445.168 decorrente desta transação foi reconhecido no passivo como ganho diferido nas demonstrações financeiras consolidadas.

Aquisição de participação de sócios não controladores – segmento Automob

Em 12 de dezembro de 2024, a Simpar adquiriu 7,63% de participação da Automob S.A. (“Automob”), correspondente a 144.624.426 ações, aumentando a participação societária nesta controlada. A aquisição foi realizada pelo montante de R\$ 226.168, a ser pago em quatro parcelas anuais equivalentes a 25% cada, corrigidas pelo CDI. A diferença entre o valor pago e o saldo contábil da parcela adquirida do investimento resultou em um ágio foi de R\$ 143.583, que conforme Interpretação técnica ICPC 09(R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, foi registrado no Patrimônio Líquido como aquisição de participação de acionistas minoritários.

Aquisição de empresa Welfare Ambiental S.A.

Em 09 de julho de 2024, a Simpar adquiriu 100% de participação da Welfare Ambiental S.A. (“Welfare Ambiental”), com sede na cidade de Cuiabá no estado de Mato Grosso, com objetivo de ter posse dos terrenos para possível futura utilização em suas operações. A Welfare Ambiental é uma empresa não operacional que possui terreno na região de Cuiabá. A aquisição foi realizada pelo montante de R\$ 24.950. A aquisição não se enquadra aos requisitos de combinação de

negócios conforme o CPC 15 / IFRS® 3 – Combinações de Negócios e o valor da transação foi alocado como mais valia dos terrenos.

Aquisições de empresa – segmento JSL

Em 31 de agosto de 2024, a controlada JSL, através de sua subsidiária Pronto Express Logística S.A. “Pronto”), concluiu a aquisição de 100% de participação na Fazenda São Judas Logística Ltda (“FSJ”), empresa de transporte rodoviário de carga

Conforme comunicado ao mercado, em 03 de março de 2023, foi firmado contrato de compra e venda visando à aquisição de 100% da Unitum Participações S.A, holding que detém 100% das quotas da IC Transportes Ltda. (“IC Transportes”), da Artus Administradora Ltda. e da Fortix Veículos Ltda, pela controlada JSL S.A.

O Contrato prevê a aquisição pela Companhia de 100% da Unitum por R\$ 587.000 (Enterprise Value) e R\$ 338.000 de Equity Value. Deste, R\$ 100 milhões será retido nesta data como garantia para eventuais indenizações, e o saldo remanescente será pago da seguinte forma: (i) R\$ 60 milhões na data do fechamento da Transação, e (ii) R\$ 179 milhões em 4 parcelas anuais de aproximadamente R\$ 45 milhões, todas elas corrigidas por 90% do CDI entre esta data e da data de seu efetivo pagamento.

A assinatura do contrato está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo sua submissão para aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Com a aquisição da IC, a JSL adiciona R\$ 1,7 bilhão de Receita Bruta, que totalizaria um faturamento proforma de R\$ 8,8 bilhões no ano de 2022.

Em 17 de julho de 2023, foi firmado contrato de compra e venda visando à aquisição de 100% da Fazenda São Judas Logística Ltda. (“FSJ”). O Contrato prevê a aquisição pela Companhia de 100% da FSJ por R\$ 105.964 (Enterprise Value) e R\$ 331.400 de Equity Value. Deste, R\$ 39.982 milhões será pago à vista, e o saldo remanescente será pago da seguinte forma: (i) R\$ 26.000 milhões no primeiro dia útil que se seguir do 6º aniversário da data de fechamento, e (ii) R\$ 39.982 milhões em 2 parcelas anuais, corrigidas por 100% do CDI. A aquisição aumenta o portfólio de operações em serviços logísticos expandindo sua operação de transporte rodoviário de cargas fechadas (full truckload) para o varejo e para o e-commerce. A assinatura do contrato está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo sua submissão para aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Aquisições de empresa – segmento Vamos

Em 06 de abril de 2023, foi firmado contrato de compra e venda visando à aquisição de 100% da Tietê Veículos Ltda (“Tietê”). O Contrato prevê a aquisição pela Companhia de 100% da Tietê por R\$ 320.700 (Enterprise Value) e R\$ 331.400 de Equity Value. Deste, R\$ 174.700 milhões será pago à vista, e o saldo remanescente será pago da seguinte forma: (i) R\$ 87.400 milhões na data do primeiro aniversário da Transação, corrigida por 100% do CDI, e (ii) R\$ 69.400 milhões na data do segundo aniversário da Transação, corrigida por 100% do CDI. A aquisição aumento o portfólio em novas cidades de São Paulo, adicionando novas regiões de atendimento posicionadas estrategicamente na marginal tietê (São Paulo), Rodovia Presidente Dutra (Guarulhos) e Rodovia Anhanguera (Campinas). A assinatura do contrato está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo sua submissão para aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Conforme comunicado ao mercado, em 26 de abril de 2023, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que, em 25 de abril de 2023, sua controlada Vamos Máquinas e

Equipamentos S.A. celebrou Contrato de Compra e Venda (“Contrato”) da DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. (“DHL Tratores”). Fundada em 2004, a DHL Tratores é uma rede de concessionárias de tratores e equipamentos agrícolas Valtra, com lojas nas cidades paranaenses de Ponta Grossa, Araucária, Cambará, Londrina, Ivaiporã e Cornélio Procopio.

O contrato prevê a aquisição, pela Vamos Máquinas e Equipamentos S.A., de 100% (cem por cento) das quotas de emissão da DHL Tratores por R\$ 92.987, sendo 34% deste valor pago à vista e 66% parcelado em 4 parcelas anuais corrigidas a 90% do CDI. O fechamento da transação está condicionado ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a anuência da Valtra/AGCO.

Aquisições de empresa – segmento Automob

Em 28 de julho de 2023, foi firmado contrato de compra e venda visando à aquisição de 100% da Nova Quality pela subsidiária Original Holding S.A (“Automob”). O Contrato prevê a aquisição pela Companhia de 100% da Quality por R\$ 73.072 (Enterprise Value) e R\$ 66.467 de Equity Value. Deste, R\$ 59.625 milhões será pago à vista, e o saldo remanescente será pago da seguinte forma:

(i) R\$ 13.447 retido como garantia de eventuais contingências. A aquisição da Nova Quality fortalece o posicionamento da Automob no segmento de concessionárias de veículos leves. A assinatura do contrato está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo sua submissão para aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em 29 de setembro de 2023, foi firmado contrato de aquisição de 100% da Alta Comercial de Veículos Ltda. e da ASA Motors Comercial de Veículos Ltda., em conjunto nomeadas como (“Grupo Alta”), pela controlada Automob em linha com o planejamento estratégico de ampliar a presença do Grupo SIMPAR no segmento de concessionárias de veículos leves com a adição de seis lojas (três da Volkswagen e três da GWM) e uma revenda de seminovos, todas localizadas na cidade de São Paulo. O valor da compra foi de R\$ 129.400 sendo pago à vista o valor de R\$ 59.200 e o valor de R\$ 12.000 conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Automob S.A. será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência anterior à data fechamento se materialize e o restante de R\$ 58.200 será pago em 2 parcelas anuais no primeiro e segundo aniversários da transação, ambas atualizadas por 100% do CDI.

Em 29 de outubro de 2023, foi firmado contrato de aquisição de 100% da R Point Comercial de Automóveis Ltda., Sonnervig Automóveis Ltda., H Point Comercial Ltda. e HBR Participações Ltda., (“Best Points”), pela controlada Automob em linha com o planejamento estratégico de ampliar a presença do Grupo SIMPAR no segmento de concessionárias de veículos leves com a adição de oito lojas, sendo três da marca Honda, quatro Renault e uma loja Ford, todas localizadas na cidade de São Paulo. O valor da compra foi de R\$ 119.900 sendo pago à vista o valor de R\$ 60.200 e o valor de R\$ 59.700 conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Automob S.A. será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência anterior à data fechamento se materialize e o restante de R\$ 59.700 com vencimento no primeiro e segundo aniversário da transação respectivamente. Ambas as parcelas terão atualização por 100% do CDI.

Em dezembro de 2022 a Companhia investiu de forma inorgânica e que influenciou a capacidade produtiva em seus segmentos, representadas pelos seguintes eventos.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 27 de maio de 2022, a Controlada JSL S.A. concluiu a transação de aquisição da totalidade das quotas pelo preço de

aquisição de R\$ US\$ 1,00 (um dólar). A Truckpad é uma logtech fundada há 10 anos, que possui uma solução completa para frete rodoviário no mercado brasileiro, com mais de 800 mil motoristas cadastrados além de intermediar e otimizar a contratação e gestão de fretes pelos embarcadores e transportadoras. A plataforma assessora embarcadores, transportadoras e motoristas profissionais independentes em todas as etapas do processo, desde a contratação, acompanhamento da carga em tempo real, até a gestão do pagamento do frete. Esta aquisição contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia com R\$ 5.039 de receita líquida e R\$ 1.694 de prejuízo.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 04 de abril de 2022, e em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 12 de dezembro de 2021, a Controlada Automob (anteriormente denominada Original Holding), concluiu a transação de aquisição da totalidade das quotas da Sagamar Serviços, Administração e Participações Ltda, pelo preço de aquisição de R\$ R\$ 262.588. A empresa que opera com concessionárias de veículos leves novos e seminovos no estado do Maranhão, acrescentando ao portfólio novos negócios com nove novas marcas de veículos, operadas por 14 lojas. Esta aquisição contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia com R\$ 53.568 de receita líquida e com R\$ 18.860 de lucro líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 04 de abril de 2022, e em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 16 de dezembro de 2021, a Controlada Movida Participações S.A, concluiu a transação de aquisição da totalidade das quotas da Marbor Frotas Corporativas Ltda, pelo preço de aquisição de R\$ R\$ 63.148. A Marbor atua em Gestão e Terceirização de Frota desde 1996. A transação irá contribuir com 1,8 mil veículos atrelados a contratos de locação, os quais possuem uma idade média de aproximadamente 1,4 ano e estão distribuídos entre mais de 100 clientes corporativos com contratos com prazo médio de 2,7 anos. Esta aquisição contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 13.616 de receita líquida e com R\$ 3.389 de lucro líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 30 de maio de 2022, a Controlada Automob S.A (denominada anteriormente Original Holding), concluiu a transação de aquisição da totalidade das quotas da Hamsi Empreendimentos S/S Ltda ("Grupo Green"), pelo preço de aquisição de R\$ R\$ 100.168. O Grupo Green possui mais de 64 anos de atuação no setor, o Grupo Green se transformou em uma das principais redes de comercialização de veículos leves das marcas Volkswagen, Peugeot e Citroën na cidade de São Paulo, atuando na comercialização de veículos leves novos e seminovos, pós venda, consórcio e seguros. Esta aquisição contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 180,8 de receita líquida e com R\$ 22,7 de lucro líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 01 de julho de 2022, e em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 12 de novembro de 2021, a Controlada Automob S.A (denominada anteriormente Original Holding), concluiu a transação de aquisição da totalidade das quotas da UAB Motors Participações Ltda, pelo preço de aquisição de R\$ R\$ 531.450. A aquisição ampliou de forma relevante a atuação da Companhia no setor de concessionárias de veículos leves, acrescentando novos negócios com sete novas marcas de veículos operadas por concessionárias presentes em 6 municípios e 20 lojas. Esta aquisição

contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 1.126,8 de receita líquida e com R\$ 102,7 de lucro líquido.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 08 de abril de 2022, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 09 de dezembro de 2021, a Controlada

Vamos S.A concluiu a transação de aquisição da totalidade das quotas da HM Empilhadeiras pelo preço de aquisição de R\$ 110.954, ajustado com base na dívida líquida e outros ajustes da transação na data de aquisição. A HM Empilhadeiras é uma empresa de locação e venda de equipamentos intralogísticos novos e seminovos, com uma frota de 2.854 equipamentos, incluindo empilhadeiras, paleteiras, rebocadores, entre outros, e que também oferece serviços de pós venda, planos de manutenção corretiva e preventiva, além da venda de peças e pneus industriais. Com sede em Campinas (SP), a HM Empilhadeiras atende a todo o território nacional para locações e conta com três concessionárias Toyota de equipamentos, em Ribeirão Preto (SP), Pouso Alegre (MG) e Bauru (SP), cobrindo todo interior de São Paulo e triângulo mineiro, além de uma filial em Cabo de Santo Agostinho (PE) que atua como ponto comercial e de apoio. Esta aquisição contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 78,9 de receita líquida e com R\$ 21,7 de lucro líquido.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 01 de julho de 2022, em complemento ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 06 de março de 2022, a Companhia concluiu, por meio de sua controlada Vamos Seminovos S.A., a transação de aquisição de 100% de participação societária na Truckvan Indústria e Comércio Ltda e na Flal Participações e Empreendimentos Ltda, conjuntamente ("Truckvan"), por meio da aquisição das quotas de emissão da Braga Company Investimentos e Participações Ltda ("Braga Company") e da Rafe Investimentos e Participações Ltda ("Rafe Investimentos"), controladoras integrais da Truckvan, pelo preço de aquisição de R\$ 79.418. Atualmente, a empresa produz diversos implementos rodoviários, como: Rodotrem Graneleiro, Semirreboque Sider, Semirreboque Inloader, Sobre Chassis e outros implementos diversos. Adicionalmente, a Truckvan desenvolve unidades móveis customizadas com alta complexidade de engenharia para uma base diversificada de clientes. Esta aquisição contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 163,9 de receita líquida e com R\$ 13,5 de lucro líquido.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas de novos produtos/serviços em andamento previstas na Companhia.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas de novos produtos/serviços em andamento previstas na Companhia.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os novos produtos/serviços oferecidos pelo Grupo durante o ano de 2025, consiste a) diversificação do portfólio de veículos novos com novas marcas e expansão regional, b) soluções tecnológicas aplicadas ao frete rodoviário, c) locação e venda de implementos rodoviários para veículos pesados e de unidades móveis, d) ampliação do portfólio de serviços financeiros para operar os produtos de carteira comercial, capital de giro e antecipação a fornecedores, e e) operação e manutenção de terminais municipais urbanos rodoviários.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Com o assessoramento do Comitê de Sustentabilidade, a Companhia identifica e monitora os principais riscos e oportunidades relacionados aos temas ESG nos seus negócios. Um dos temas, o enfrentamento às mudanças climáticas, é uma exigência social para o desenvolvimento dos negócios nos médio e longo prazos. A empresa está atenta a esses aspectos, com o desenvolvimento de soluções que possam endereçar ou neutralizar os impactos negativos das operações de suas controladas. As diretrizes de atuação estão alinhadas com as normativas e iniciativas nacionais e internacionais, que orientam a jornada de Sustentabilidade da SIMPAR. Além disso, possui como instrumentos direcionadores internos as Políticas de Sustentabilidade, Direitos Humanos e de Investimento Social que atestam o objetivo da Companhia em promover impacto positivo na sociedade, atuando de forma assídua, em especial nas comunidades do entorno das suas operações, para impulsionar melhorias nos aspectos socioambientais, desenvolvimento local e formação de redes de apoio social, reduzir ou mitigar impactos socioambientais negativos.

No âmbito de Mudanças Climáticas, as empresas do Grupo desenvolvem ações para redução e neutralização dos Gases de Efeito Estufa e formalizou através da Política de Mudanças Climáticas, as ações de mitigação, compensação e adaptação incluindo formalmente o tema nas suas decisões e estratégias de negócios.

Abaixo são apresentadas algumas oportunidades externas e internas ligadas aos negócios da Companhia em diferentes esferas:

Acesso a mercados

- Mais acesso a crédito e diversificação de ativos financeiros para viabilização de investimentos;
- Acesso a títulos verdes ou vinculados a performance ASG (ambiental, social e de governança).

Produtos e serviços

- Viabilização de investimentos das controladas em produtos e serviços de inovação tecnológica menos agressivos ao meio ambiente e possível aumento da demanda por veículos e equipamentos menos poluentes, considerando mudança nas preferências do cliente;
- Aprimoramento e diversificação da matriz energética, investimentos para priorização de combustíveis menos poluentes e energia limpa e renovável.

Valor compartilhado

- Promoção de ambiente diverso e ético, investindo na formação e no desenvolvimento dos colaboradores com capacitações e treinamentos;
- Ter segurança como prioridade e um dos pilares da Companhia, atuando de forma proativa, com influência da alta liderança para atingimento de metas de redução de acidentes;

- Promoção do desenvolvimento social e econômico nas regiões onde a Companhia e suas controladas estão inseridas, por meio de ações de inclusão social, fomento a contratação de mão de obra e alianças com fornecedores locais para gerar valor compartilhado.

Ressalta-se que na estrutura de Governança da Companhia cabe ao Conselho de Administração definir as diretrizes estratégicas que orientam os negócios que são conduzidas pela Diretoria-Executiva, responsável pela administração direta das operações. Reforçam essa estrutura os comitês, que deliberam e recomendam ações de acordo com suas áreas de especialidade. Especificamente, o Comitê de Sustentabilidade assessora o Conselho de Administração em temáticas ambientais, sociais, econômicas e de governança, acompanhando a aplicação de políticas, estratégias, ações e projetos que se relacionam com o desenvolvimento sustentável dos negócios e, avaliando os relatórios emitidos por órgãos reguladores.

2.11. Outros fatores com influência relevante

Em 13 de março de 2025 a SIMPAR publicou Comunicado ao Mercado informando que o Consórcio Bloco Leste, composto pela CS Infra S.A. ("**CS Infra**"), com 51% de participação, e pela Terra Transportes e Participações S.A. ("**Terra**"), com 49%, venceu a Licitação EC/006/2023/SGM-STM, promovida pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de São Paulo. A parceria público-privada (PPP) contempla a administração, manutenção, exploração comercial e requalificação de 13 terminais de ônibus e 6 estações do Expresso Tiradentes, atendendo cerca de 320 mil passageiros diários. A concessão se refere à prestação de serviços, com oportunidades de receitas acessórias, e não inclui a operação do transporte rodoviário de passageiros.

A concessão terá duração de 30 anos. O fluxo de receitas começa no primeiro ano e deverá atingir o valor total de recebimento no segundo ano conforme as obras de requalificações dos terminais sejam concluídas, contando com garantias de origem dos recursos até o final do contrato.

Os investimentos previstos são de aproximadamente R\$120 milhões nos dois primeiros anos, com mais R\$50 milhões distribuídos até o final do contrato e não devem impactar na estratégia de desalavancagem da SIMPAR. Os recursos serão destinados à requalificação de instalações operacionais e administrativas, manutenção das estruturas de cobertura e aquisição de sistemas de monitoramento, assegurando a melhoria da qualidade dos serviços aos usuários.

Em 14 de março de 2025 a SIMPAR publicou Comunicado ao Mercado informando que a comissão responsável pela licitação objeto do Edital da Concorrência Pública Internacional nº 56/2024, promovido pelo Estado do Mato Grosso, através de sua Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT, declarou vencedora a proposta apresentada por sua controlada CS Infra S.A. ("**CS Infra**"), referente à concessão Lote 5 para operação, conservação e manutenção das rodovias MT-020 e MT-326 ("**Concessão**").

A Concessão terá duração de 30 anos com fluxo de recebimento no início do segundo ano, advindos das tarifas de pedágio após as implantações de seis pórticos de cobrança *free-flow*. Ao todo, são 308 km de malha rodoviária de grande importância na integração do Mato Grosso. Trata-se de um projeto *brownfield*, visto que as Rodovias já estão implantadas e encontram-se estrategicamente inseridas nas principais regiões do agronegócio brasileiro, com destaque para o escoamento de soja, milho, algodão e carne.

Os investimentos durante o período de implantação serão de cerca de R\$ 320 milhões até o sexto ano (média de R\$ 54 milhões por ano), restando em média R\$ 28 milhões ao ano a serem realizados até o final do contrato, que serão custeados pela geração de caixa da Concessão. Visto que o fluxo de recebimentos se inicia no segundo ano, tais investimentos não impactam a estratégia de desalavancagem da SIMPAR. Os recursos serão destinados à recuperação do pavimento, implantação de acostamento e dispositivos em nível, pórticos do sistema *free-flow*, assim como manutenção e melhoria na segurança rodoviária.

O Contrato prevê diversos mecanismos de equilíbrio contratual, tais como proteção de banda de demanda, inadimplência, proteção cambial, proteção contra variação no reajuste de insumos e validação do CAPEX nos primeiros meses da Concessão.

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 2025 CONFORME O ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022

1. Informar o lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2025 foi de R\$ 39.471.310,78.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos é de R\$ 37.497.745,24, correspondente a R\$ 0,08590 por ação.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A distribuição representa 95% do lucro líquido do exercício, uma vez que foi destinado a título de reserva legal 5% do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 1.973.565,54.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 62.502.254,76, correspondente a R\$ 0,15546 por ação (lucros com base na Reserva de Investimentos)

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

A administração da Companhia propõe a assembleia geral a declaração de dividendos no montante total de R\$ 100.000.000,00 (R\$ 0,22908 por ação), sendo R\$ 37.497.745,24 (R\$ 0,08590 por ação) com base no Lucro Líquido do exercício de 2025 e R\$ 62.502.254,76 (R\$ 0,14318 por ação) com base no saldo da reserva de investimentos.

Em razão das novas regras trazidas pela Lei nº 15.270/25, em caso de aprovação dos dividendos propostos os valores atribuídos a acionistas podem estar sujeitos a tributação, inclusive à retenção de imposto de renda na fonte.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Será pago em espécie, em data a ser definida pela Administração oportunamente.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data do pagamento dos dividendos e a data de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento será definida oportunamente pela Administração da Companhia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2022	2023	2024	2025
Lucro Líquido (R\$)	R\$482.081.593,74	-	-	R\$ 39.471.310,78
Lucro Líquido por Ação (R\$)	0,5756	-	-	0,2147

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2022		2023		2024	
	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Líquido por Ação (R\$)	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Líquido por Ação (R\$)	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Líquido por Ação (R\$)
Juros sobre Capital Próprio-	R\$0,01711	-	-	-	-	-
Dividendos	R\$0,00241	-	-	-	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

O montante destinado à reserva legal é de R\$ 1.973.565,54

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O montante de destinação à reserva legal foi calculado por 5% do lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da Companhia dispõe que:

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes

valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

b. *Informar se ele está sendo pago integralmente*
Sim.

c. *Informar o montante eventualmente retido*
Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. *Informar o montante da retenção*
Não aplicável.

b. *Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos*
Não aplicável.

c. *Justificar a retenção dos dividendos*
Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável. A proposta da Administração a ser encaminhada à Assembleia Geral não contempla a destinação de parte do resultado para reserva de contingências no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

a. *Identificar o montante destinado à reserva*
Não aplicável.

b. *Identificar a perda considerada provável e sua causa*
Não aplicável.

c. *Explicar porque a perda foi considerada provável*
Não aplicável.

d. *Justificar a constituição da reserva*
Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. *Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar*
Não aplicável.

b. *Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva*
Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. *Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva*

b. *Identificar o montante destinado à reserva*

c. *Descrever como o montante foi calculado:*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não constituirá reserva estatutária com base no lucro do exercício.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. *Identificar o montante da retenção*
Não aplicável

b. *Fornecer cópia do orçamento de capital*
Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. *Informar o montante destinado à reserva*
Não aplicável

b. *Explicar a natureza da destinação*
Não aplicável

7.3 – Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome:	ADALBERTO CALIL	CPF:	277.518.138-49	Profissão:	Advogado	Data de nascimento:	27/07/1950
Experiência profissional:	O Sr. Adalberto Calil é graduado em direito pela faculdade de direito Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1973. Foi assessor e consultor jurídico de empresas e grupos econômicos em diversos segmentos, tais como: químico, papel, florestal, transportes & logística, cerâmico, metalúrgico, portuário e hospitalar. O Sr. Adalberto Calil é sócio fundador, em 1974, do escritório de advocacia Radi, Calil e Associados, com atuação predominante nas áreas do direito societário e tributário. Atualmente, o Sr. Adalberto Calil é presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Adalberto Calil declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21						
Órgãos da Administração							
Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Conselho de Administração	30/04/2026	Até a AGO que irá aprovar as contas do exercício social de 2027	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2026	Sim	24/04/2020
Condenações							
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:						
N/A							
Nome:	ÁLVARO PEREIRA NOVIS	CPF:	024.595.407-44	Profissão:	Economista	Data de nascimento:	05/07/1950
Experiência profissional:	O Sr. Álvaro Pereira Novis é bacharel em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro e bacharel em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou por 15 anos no BankBoston, (1966/1980), tendo alcançado o cargo de vice-presidente da divisão nacional do banco no Brasil. Trabalhou por 8 anos (1980/1988) como diretor do Banco Iochpe de Investimentos. Em 1992, ingressou na Organização Odebrecht, tendo lá atuado até 2008, sendo seu último cargo Diretor Financeiro (CFO) da holding. Atuou no Conselho de Administração das empresas: Braskem, ETH Bioenergia S.A., da Foz do Brasil S.A., Odebrecht Óleo & Gás e do Banco Caixa Geral de Depósitos Brasil. Foi vice-presidente do Conselho de Administração da Odeprev-Odebrecht Previdência Privada por 10 anos. De 2008 a 2015, atuou como Vice-Presidente do Conselho da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM Brasil). Em 2008, tornou-se sócio da Valora Gestão de Investimentos Ltda. O Sr. Novis qualifica-se como conselheiro independente da SIMPAR observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3. O Sr. Novis é membro independente do Conselho de Administração da JSL S.A. e coordenador do seu Comitê Financeiro desde 2010. Em 08/04/2019 foi eleito membro do Comitê de Auditoria da Companhia. O Sr. Álvaro Pereira Novis declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.						
Órgãos da Administração							

Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Conselho de Administração	30/04/2026	Até a AGO que irá aprovar as contas do exercício social de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2026	Sim	05/08/2020

Condenações	
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	Denys Marc Ferrez	CPF:	009.018.327-40	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de nascimento:	20/07/1970
Experiência profissional:	O Sr. Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na PricewaterhouseCoopers (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da Companhia em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativas e Diretor de Relações com Investidores da Companhia e ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração nas empresas JSL, Vamos, Movida e Automob e lidera os respectivos Comitês Financeiros. O Sr. Denys Ferrez declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.						

Órgãos da Administração							
Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Diretoria	28/06/2024	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		28/06/2024		06/08/2020

Condenações	
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	Fernando Antonio Simões	CPF:	088.366.618-90	Profissão:	Empresário	Data de nascimento:	13/06/1967
-------	-------------------------	------	----------------	------------	------------	---------------------	------------

Experiência profissional:	Há 40 anos na Companhia, Fernando Antonio Simões é presidente da SIMPAR, holding de capital aberto (B3) que controla as empresas: Movida, JSL, Vamos, Automob, CS Brasil, CS Infra e banco BBC Digital. O empresário é também presidente do Conselho de Administração da JSL, Movida, Vamos e Automob e membro do Conselho de Administração da SIMPAR. Trabalhando na Com-panhia desde os 14 anos de idade, o empresário tem se dedicado ao desenvolvimento da Com-panhia fundada pelo seu pai, Julio Simões, em 1956. Entre as décadas de 1990 e 2000, comparti-lhando a gestão com o pai, Fernando liderou o processo de diversificação das operações e servi-ços logísticos e, na sequência, a abertura de capital da JSL, em 2010.Dando continuidade à essa transformação, o empresário estruturou a Companhia em unidades de negócios e, depois, em empresas independentes, vindo a liderar o processo de reorganização societária que simplificou a estrutura do grupo dentro de um modelo de gestão que tem a SIMPAR como holding e controladora das empresas com gestão e operação totalmente independentes e alinhadas pelo seu modelo de gestão. O Sr. Fernando não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
----------------------------------	--

Órgãos da Administração							
Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Diretoria e Conselho de Administração	30/04/2026	2 anos	Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente		30/04/2026	Sim	24/04/2020
Condenações							
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:						
N/A							

Nome:	Fernando Antonio Simões Filho	CPF:	329.852.458-18	Profissão:	Empresário	Data de nascimento:	12/02/1987
Experiência profissional:	Fernando Antonio Simões Filho é Bacharel em direito pela UMC, Certificado em Ciências Holísticas e Economia para a Transição pela Schumacher College e Certificação Internacional em Negócios Sociais pela ESPM e Yunus Social Business, com MBA na Fundação Dom Cabral e com curso para Conselheiro de Administração pelo IBGC. Atuou por 10 anos na Simpar e em Conselhos Consultivos de Organizações do Terceiro Setor. Atualmente além de ser Sócio-Diretor na Bemtevi Investimento Social e membro do Comitê ESG da Léo Madeiras, é Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê Financeiro da Simpar e Vice-Presidente do Conselho de Administração Companhia. Também lidera os Comitês de Sustentabilidade das empresas do Grupo Simpar. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.						

Órgãos da Administração							
Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Conselho de Administração	30/04/2026	Até a AGO que irá aprovar as contas do	Vice-Presidente Cons. de Administração		30/04/2026	Sim	24/04/2020

exercício social de
2027

Condenações	
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	CPF:	930.530.705-10	Profissão:	Engenheira	Data de nascimento:	14/02/1974
Experiência profissional:	A Sra. Juliana Baiardi é graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA pela Columbia Business School, em Nova York. A Sra. Juliana Baiardi trabalhou no Dresdner Bank no Brasil no setor de Project Finance de 1997 a 1999. Ela também trabalhou 10 anos no JP Morgan nas áreas de Investment Banking na América Latina e Private Equity. A Sra. Juliana Baiardi entrou no Grupo Novonor em agosto de 2011 e atuou como Diretora de Logística da OTP de agosto de 2011 a fevereiro de 2016, Diretora Financeira da Odebrecht Ambiental de fevereiro de 2016 a setembro de 2016, Diretora Presidente da Odebrecht Ambiental de setembro de 2016 a abril de 2017, Diretora Presidente da OTP de maio de 2017 a maio de 2019 e Diretora Presidente da Atvos de maio de 2019 a fevereiro de 2021. De abril de 2021 a junho de 2022, foi assessora do presidente da Novonor, e de junho de 2022 a outubro de 2023 foi Líder de Negócios-Participações da Novonor. Além disso, a Sra. Juliana é conselheira de administração da Braskem S.A. e foi vice-presidente do Conselho de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção de outubro de 2019 até junho de 2022. A Sra. Juliana Baiardi ingressou no Grupo SIMPAR em 02/10/2024 e foi eleita Diretora Vice-Presidente Executiva de Planejamento e Gestão da Companhia em 07/11/2024. A Sra. Juliana Baiardi declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.						

Órgãos da Administração							
Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Diretoria	07/11/2024	28/06/2026	Outros Diretores	Diretora Vice-Presidente Executiva de Planejamento e Gestão	07/11/2024	Sim	07/11/2024

Condenações	
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	PAULO SÉRGIO KAKINOFF	CPF:	194.344.518-41	Profissão:	Administrador de empresas	Data de nascimento:	06/09/1974
-------	-----------------------	------	----------------	------------	---------------------------	---------------------	------------

Experiência profissional:	Paulo Sergio Kakinoff é formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, atuou na indústria automobilística por 18 anos, foi Presidente da Audi Brasil até junho de 2012, tendo ocupado anteriormente as funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil e Diretor Executivo da América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha. Ocupou o cargo de membro do Conselho de Supervisão da Volkswagen Participações até junho de 2012. Foi Diretor-Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. de julho de 2012 a julho de 2022, tendo sido membro independente do Conselho de Administração de janeiro de 2010 a 02 de julho de 2012, quando deixou o cargo junto ao Conselho de Administração para assumir a presidência da Gol. Foi membro do Conselho de Administração Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. de janeiro/2021 a maio/2025. É membro do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A., Suzano Papel e Celulose S.A., MRV&Co e Cocal Energia Sustentável e Conselheiro Independente da Companhia desde abril/2023. Em janeiro/2024 assumiu a posição de CEO da Porto Seguro S.A. O Sr. Kakinoff declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
----------------------------------	---

Órgãos da Administração

Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Conselho de Administração	30/04/2026	Até a AGO que irá aprovar as contas do exercício social de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2026	Sim	06/04/2023

Condenações

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	SAMIR MOISES GILIO FERREIRA	CPF:	200.964.558-88	Profissão:	Contador	Data de nascimento:	15/02/1978
Experiência profissional:	Samir Moises Gilio Ferreira é graduado em ciências contábeis, pós-graduado em finanças corporativas e MBA executivo pela Fundação Instituto de Administração - FIA. Atuou como auditor por 11 anos na Deloitte Touche Tohmatsu, e 6 anos como diretor de controladoria e financeiro da International Meal Company. Iniciou seus trabalhos na Companhia como diretor de controladoria em março de 2017. O Sr. Samir Ferreira declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21						

Órgãos da Administração

Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Diretoria	28/06/2024	2 anos	Outros Diretores		28/06/2024		06/08/2020

Condenações

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
----------------------------	---------------------------------

N/A

Nome:	VINICIUS JOSÉ ZIVERI RALIO	CPF:	263.359.078-01	Profissão:	Advogado	Data de nascimento:	15/04/1978
Experiência profissional:	O Sr. Vinícius José Ziveri Ralio é graduado em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes, Pós-Graduado em Direito Civil pela FMU e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Ex-Professor Universitário. Desde 2008 é o responsável pelo Departamento Jurídico da Companhia e foi eleito em maio/24, Diretor Vice-Presidente Jurídico da Companhia. O Sr. Vinícius Ralio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21						
Órgãos da Administração							
Órgão da Administração:	Data da eleição:	Prazo do mandato:	Cargo eletivo ocupado:	Detalhar o cargo exercido:	Data de posse:	Foi eleito pelo controlador:	Data de início do primeiro mandato:
Diretoria	28/06/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor VicePresidente Jurídico	28/06/2024		01/08/2023
Condenações							
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:						

N/A

7.4 – Composição dos comitês

Nome:	ÁLVARO PEREIRA NOVIS	CPF:	024.595.407-44	Profissão:	Economista	Data de nascimento:	05/07/1950
Experiência Profissional:	O Sr. Álvaro Pereira Novis é bacharel em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro e bacharel em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou por 15 anos no BankBoston, (1966/1980), tendo alcançado o cargo de vice-presidente da divisão nacional do banco no Brasil. Trabalhou por 8 anos (1980/1988) como diretor do Banco Iochpe de Investimentos. Em 1992, ingressou na Organização Odebrecht, tendo lá atuado até 2008, sendo seu último cargo Diretor Financeiro (CFO) da holding. Atuou no Conselho de Administração das empresas: Braskem, ETH Bioenergia S.A., da Foz do Brasil S.A., Odebrecht Óleo & Gás e do Banco Caixa Geral de Depósitos Brasil. Foi vice-presidente do Conselho de Administração da Odeprev-Odebrecht Previdência Privada por 10 anos. De 2008 a 2015, atuou como Vice-Presidente do Conselho da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM Brasil). Em 2008, tornou-se sócio da Valora Gestão de Investimentos Ltda. O Sr. Novis qualifica-se como conselheiro independente da SIMPAR observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3. O Sr. Novis é membro independente do Conselho de Administração da JSL S.A. e coordenador do seu Comitê Financeiro desde 2010. Em 08/04/2019 foi eleito membro do Comitê de Auditoria da Companhia. O Sr. Álvaro Pereira Novis declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.						

Comitês

Tipo comitê:	Tipo auditoria:	Cargo ocupado:	Data posse:	Prazo mandato:	Descrição de outros comitês:	Descrição de outro cargo/função:	Data da eleição:	Data de início do primeiro mandato:
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	26/05/2025	1 ano			26/05/2025	05/08/2021

Condenações

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	DENYS MARC FERREZ	CPF:	009.018.327-40	Profissão:	Administrador de empresas	Data de nascimento:	20/07/1970
Experiência Profissional:	O Sr. Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na PricewaterhouseCoopers (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da Companhia em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativas e Diretor de Relações com Investidores da Companhia e ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração nas empresas JSL, Vamos, Movida e Automob e lidera os respectivos Comitês Financeiros.						

	O Sr. Denys Ferrez declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
--	--

Comitês								
Tipo comitê:	Tipo auditoria:	Cargo ocupado:	Data posse:	Prazo mandato:	Descrição de outros comitês:	Descrição de outro cargo/função:	Data da eleição:	Data de início do primeiro mandato:
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	26/05/2025	1 ano			26/05/2025	05/08/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/08/2025	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		03/08/2025	05/08/2020

Condenações	
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	FERNANDO ANTONIO SIMÕES	CPF:	088.366.618-90	Profissão:	Empresário	Data de nascimento:	13/06/1967
Experiência Profissional:	Há 40 anos na Companhia, Fernando Antonio Simões é presidente da SIMPAR, holding de capital aberto (B3) que controla as empresas: Movida, JSL, Vamos, Automob, CS Brasil, CS Infra e banco BBC Digital. O empresário é também presidente do Conselho de Administração da JSL, Movida, Vamos e Automob e membro do Conselho de Administração da SIMPAR. Trabalhando na Com-panhia desde os 14 anos de idade, o empresário tem se dedicado ao desenvolvimento da Com-panhia fundada pelo seu pai, Julio Simões, em 1956. Entre as décadas de 1990 e 2000, comparti-lhando a gestão com o pai, Fernando liderou o processo de diversificação das operações e servi-ços logísticos e, na sequência, a abertura de capital da JSL, em 2010.Dando continuidade à essa transformação, o empresário estruturou a Companhia em unidades de negócios e, depois, em empresas independentes, vindo a liderar o processo de reorganização societária que simplificou a estrutura do grupo dentro de um modelo de gestão que tem a SIMPAR como holding e controladora das empresas com gestão e operação totalmente independentes e alinhadas pelo seu modelo de gestão. O Sr. Fernando não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.						

Comitês								
Tipo comitê:	Tipo auditoria:	Cargo ocupado:	Data posse:	Prazo mandato:	Descrição de outros comitês:	Descrição de outro cargo/função:	Data da eleição:	Data de início do primeiro mandato:
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/08/2025	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		03/08/2025	03/08/2021

Condenações	
-------------	--

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
---------------------	--------------------------

N/A

Nome:	FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	CPF:	329.852.458-18	Profissão:	Empresário	Data de nascimento:	12/02/1987
Experiência Profissional:	Fernando Antonio Simões Filho é Bacharel em direito pela UMC, Certificado em Ciências Holísticas e Economia para a Transição pela Schumacher College e Certificação Internacional em Negócios Sociais pela ESPM e Yunus Social Business, com MBA na Fundação Dom Cabral e com curso para Conselheiro de Administração pelo IBGC. Atuou por 10 anos na Simpar e em Conselhos Consultivos de Organizações do Terceiro Setor. Atualmente além de ser SócioDiretor na Bemtevi Investimento Social e membro do Comitê ESG da Léo Madeiras, é Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê Financeiro da Simpar e Vice-Presidente do Conselho de Administração Companhia. Também lidera os Comitês de Sustentabilidade das empresas do Grupo Simpar. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.						

Comitês								
---------	--	--	--	--	--	--	--	--

Tipo comitê:	Tipo auditoria:	Cargo ocupado:	Data posse:	Prazo mandato:	Descrição de outros comitês:	Descrição de outro cargo/função:	Data da eleição:	Data de início do primeiro mandato:
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	26/05/2025	1 ano			26/05/2025	05/08/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/08/2025	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		03/08/2025	05/08/2020

Condenações	
-------------	--

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
---------------------	--------------------------

N/A

Nome:	JULIANA DE CASTRO SIMÕES MELLO	CPF:	329.852.338-01	Profissão:	Publicitária	Data de nascimento:	01/10/1991
-------	--------------------------------	------	----------------	------------	--------------	---------------------	------------

Experiência Profissional:	Juliana Simões é graduada em publicidade pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e possui certificado de curso de Desenvolvimento Sustentável, Marketing e Responsabilidade Social pela ESPM. Desenvolveu sua carreira no grupo Simpar, atuou na JSL S.A. na área de comunicação corporativa e marketing e na Movida Participações S.A. em trade marketing. Desde 2020, é Diretora de Gente e Cultura da Simpar S.A. A Sra. Juliana não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Juliana declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
----------------------------------	--

Comitês								
Tipo comitê:	Tipo auditoria:	Cargo ocupado:	Data posse:	Prazo mandato:	Descrição de outros comitês:	Descrição de outro cargo/função:	Data da eleição:	Data de início do primeiro mandato:
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/08/2025	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		03/08/2024	03/08/2024

Condenações	
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	MARIA FERNANDA TEIXEIRA	CPF:	765.087.908-97	Profissão:	Administradora de empresas	Data de nascimento:	10/08/1952	
Experiência Profissional:	Maria Fernanda Teixeira é bacharel em administração pela Universidade Metodista, com cursos de Executive leadership na INSEAD, "How to have efficient Boards & Board members" na Harvard Business School, Organizational Digital Transformation no MIT, Leadership at Global economy em Thunderbird, dentre outros. A Sra. Maria Fernanda trabalhou na General Motors do Brasil entre 1975 e 1985, onde liderou diversas áreas de tecnologia da informação. Entre 1985 e 2006 foi Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Operações para América Latina da EDS - Electronic Data Systems. Posteriormente, foi Presidente América Latina do ICT Group Corporation, entre 2007 e 2009, quando assumiu os cargos de Presidente First Data Brasil, Vice-Presidente Senior e Vice-Presidente de Operações da América Latina da First Data Corporation, onde trabalhou entre 2009 e 2015. A Sra. Maria Fernanda Teixeira teve uma carreira de mais de 30 anos em multinacionais chegando ao C-Level das maiores empresas de tecnologia e meios de pagamento do mundo. Foi premiada pela Forbes como a Mulher Executiva mais influente em Negócios e Tecnologia. É Conselheira de empresas como, Amcham, Claranet Technology, Raia Drogasil, Grupo Moura, Magazine Luiza, Simpar, Vamos, World Bank Council on Gender and Development, InterAmerican Dialogue for Américas, Presidente do Conselho da Pérola, Co-fundadora e Conselheira do Grupo Mulheres do Brasil. A Sra. Maria Fernanda não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.							
Comitês								
Tipo comitê:	Tipo auditoria:	Cargo ocupado:	Data posse:	Prazo mandato:	Descrição de outros comitês:	Descrição de outro cargo/função:	Data da eleição:	Data de início do primeiro mandato:

Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2024	5 anos	31/05/2024	05/08/2021
---------------------	---	----------------------------	------------	--------	------------	------------

Condenações	
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	TARCILA REIS CORREA	CPF:	176.122.698-30	Profissão:	Consultora	Data de nascimento:	09/05/1974
Experiência Profissional:	Tarcila Reis Ursini é economista pela FEA/USP, advogada pela PUC/SP e mestre em Desenvolvi-mento e Direito pela Kings College, London, UK. Tarcila iniciou sua carreira como advogada, com experiências de trabalho no Brasil, Espanha e Inglaterra. Foi advogada associada ao Machado, Meyer, Sendancz e Opice na área societária e de M&A. Desde 2000 trabalha em estratégia, go-vernança e inovação para a sustentabilidade, assessorando organizações dos mais diversos seto-res, portes e culturas. É Conselheira formada pelo IBGC, Conselheira independente de empresas, de negócios com impacto socioambiental e de organizações da sociedade civil, em organizações tais como Duratex AS, Banco Santander Brasil, Grupo Baumgart, JSL S.A. Movida Participações S.A. e Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. Foi membro do Conselho de Stakeholders Internacional da GRI (Global Reporting Initiative- Holanda), Conselheira suplente no ISE da B3. É membro da Comissão de Estudos de Inovação e da Comissão de Sustentabilidade do IBGC, membro da WCD - Women Corporate Directors (IFC/IBGC/KPMG) e é professora da pós graduação em gestão socioambiental da FIA. A Sra. Tarcila Reis Correa declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condena-ção criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.						

Comitês								
Tipo comitê:	Tipo auditoria:	Cargo ocupado:	Data posse:	Prazo mandato:	Descrição de outros comitês:	Descrição de outro cargo/função:	Data da eleição:	Data de início do primeiro mandato:
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/08/2025	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		03/08/2025	05/08/2020

Condenações	
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	

Nome:	VALMIR PEDRO ROSSI	CPF:	276.266.790-91	Profissão:	Contador	Data de nascimento:	10/06/1961
Experiência Profissional:	Valmir Pedro Rossi é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo (RS), com pós-graduação em Finanças pela Universidade de Caxias do Sul (RS) e em Marketing pela PUC Rio de Janeiro (RJ). Possui MBA em Administração Geral pela USP São Paulo (SP) e em Gestão de Negócios pela UNB – Brasília (DF). Possui certificação de Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, além de certificação em língua espanhola, nível C-2, e em inglês, nível B-2. Atuou como Contador nas empresas Casfor Organizações Contábeis Ltda. e Bertol S.A., tendo atuado como consultor no Sebrae RS em 1982. De 1983 a 2013, atuou no Banco do Brasil S.A., ocupando diversos cargos, com destaque para Superintendente Estadual do Pará, Superintendente Estadual do RS, Superintendente de Varejo SP, Superintendente Corporate SP e Regional para a América Latina. De fev/2013 a nov/2015 atuou como Presidente do Banco da Amazônia S.A. Atua como Conselheiro de Administração do Banco do Brasil S.A. e Conselheiro Fiscal nas empresas Randon S.A., Hidrovias do Brasil S.A. e Taurus S.A. Atua também como Membro do Comitê de Auditoria das empresas Simpar S.A., Kepler Weber S.A. e Boa Safra Sementes S.A. Atua pró-bono como Conselheiro Fiscal Titular da Organização Gestora do Fundo Patrimonial da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio Libanês. Já atuou como membro do Conselho de Administração ou Fiscal de empresas como Metalúrgica Gerdau S.A., Brasilprev S.A., BB Seguridade S.A., Banco Patagônia S.A. – Argentina, CSN S.A., Banco Santander Brasil S.A., Fras-le S.A. e Kepler Weber S.A. O Sr. Valmir declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21						
Comitês							
Tipo comitê:	Tipo auditoria:	Cargo ocupado:	Data posse:	Prazo mandato:	Descrição de outros comitês:	Descrição de outro cargo/função:	Data da eleição:
							Data de início do primeiro mandato:
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2024	5 anos			31/05/2024
							05/08/2021
Condenações							
Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:						
N/A							

7.5 – Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
Administrador do emissor ou controlada				
FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Simpar S.A.	07.415.333/0001-20	
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa relacionada				
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Simpar S.A.	07.415.333/0001-20	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a) – Brasil	
Observação				
N/A				

7.6 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2025			
Administrador do Emissor			
JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	930.530.705-10	Subordinação	Controlador Direto
Diretora	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
JSP HOLDING	32.392.209/0001-34		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. 23.373.000/0001-32

Membro do conselho de administração e comitê financeiro N/A Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

DENYS MARC FERREZ 009.018.327-40 Subordinação Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade N/A Brasileiro(a) – Brasil

Pessoa Relacionada

JSL S.A. 52.548.435/0001-79

Membro do conselho de administração e comitê financeiro N/A Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

DENYS MARC FERREZ 009.018.327-40 Subordinação Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade N/A Brasileiro(a) – Brasil

Pessoa Relacionada

AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A. 35.654.688/0001-08

Membro do conselho de administração e comitê financeiro N/A Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES 088.366.618-90 Subordinação Controlada Direta

Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração N/A Brasileiro(a) – Brasil

Pessoa Relacionada

JSL S.A. 52.548.435/0001-79

Presidente do conselho de administração N/A Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES

088.366.618-90

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) – Brasil

Pessoa Relacionada

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A

21.314.559/0001-66

Presidente do conselho de administração

N/A

Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES

088.366.618-90

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) – Brasil

Pessoa Relacionada

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A

23.373.000/0001-32

Presidente do conselho de administração

N/A

Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES

088.366.618-90

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) – Brasil

Pessoa Relacionada

AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A

35.654.688/0001-08

Presidente do conselho de administração

N/A

Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

JSP HOLDING	32.392.209/0001-34		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Observações

N/A

Administrador do Emissor

SAMIR MOISES GILIO FERREIRA	200.964.558-88	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor sem designação	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Observações

N/A

Administrador do Emissor

ADALBERTO CALIL	277.518.138-49	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
Membro do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
--------------------------	--------------------	--	--

Membro do comitê de sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do conselho de administração, Comitê Financeiro e Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A.	35.654.688/0001-08		
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	930.530.705-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Vice-Presidente Executiva de Planejamento e Gestão	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.	23.373.000/0001-32		
Membro Independente do Conselho de Administração e Comitê Financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			

Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	930.530.705-10	Subordinação	Controlador Direto

Diretora	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
JSP HOLDING	32.392.209/0001-34		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.	23.373.000/0001-32		
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Observações

N/A

Administrador do Emissor

DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A	35.654.688/0001-08		
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A	23.373.000/0001-32
---	--------------------

Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil
---	-----	------------------------

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A	35.654.688/0001-08
---------------------------	--------------------

Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil
---	-----	------------------------

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

JSP HOLDING	32.392.209/0001-34
-------------	--------------------

Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) – Brasil
--------------------	-----	------------------------

Observações

N/A

Administrador do Emissor

SAMIR MOISES GILIO FERREIRA	200.964.558-88	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor sem designação	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
ADALBERTO CALIL	277.518.138-49	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
Membro do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
Membro do comitê de sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do conselho de administração, Comitê Financeiro e Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			

AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A.	35.654.688/0001-08	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66	
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.	23.373.000/0001-32	
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

JSL S.A.	52.548.435/0001-79	
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

DENYS MARC FERREZ	009.018.327-40	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro do Comitês Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A	35.654.688/0001-08	
Membro do conselho de administração e comitê financeiro	N/A	Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

JSL S.A.	52.548.435/0001-79	
Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66	
Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A	23.373.000/0001-32
---	--------------------

Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil
---	-----	------------------------

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A	35.654.688/0001-08
---------------------------	--------------------

Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil
---	-----	------------------------

Observações

N/A

Administrador do Emissor

FERNANDO ANTONIO SIMÕES	088.366.618-90	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	

Pessoa Relacionada

JSP HOLDING	32.392.209/0001-34
-------------	--------------------

Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) – Brasil
--------------------	-----	------------------------

Observações

N/A

Administrador do Emissor

SAMIR MOISES GILIO FERREIRA	200.964.558-88	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor sem designação	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
ADALBERTO CALIL	277.518.138-49	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
Membro do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			
MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A	21.314.559/0001-66		
Membro do comitê de sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observações			
N/A			
Administrador do Emissor			
FERNANDO ANTONIO SIMÕES FILHO	329.852.458-18	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do conselho de administração, Comitê Financeiro e Comitê de Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Pessoa Relacionada			

AUTOMOB PARTICIPAÇÕES S.A

35.654.688/0001-08

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) – Brasil

Observações

N/A

8. Remuneração dos administradores

8.1 – Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política formalizada de remuneração dos executivos e conselheiros da Companhia, aprovada por meio de reunião do Conselho de Administração realizada no dia 05 de agosto de 2020 ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração está disponível no seguinte link da rede mundial de computadores da Companhia: www.ri.simpac.com.br.

A prática de remuneração da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o conselho de administração será responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio conselho de administração e da diretoria, bem como dos comitês de assessoramento. O conselho de administração se baseia nas faixas salariais da tabela salarial já definida em pesquisa, seguindo de acordo com o peso da posição que o executivo irá exercer dentro da Companhia. O conselho de administração reavalia anualmente os parâmetros da remuneração dos administradores para realizar as devidas adequações, caso necessário, com base em pesquisas de mercado.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A fixação da remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração em bases de mercado, considera a complexidade, sofisticação e desafios inerentes aos negócios da Companhia, respeitada a verba global anual para remuneração dos administradores aprovada pela Assembleia Geral. A remuneração dos administradores procura seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante

em empresas dos setores em que a Companhia atua e coerente com seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores.

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- Participação em pesquisas realizadas em âmbito nacional; e
- Participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará, no mínimo, anualmente a adequação das práticas de remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade da prática adotada.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem pró-labore fixo mensal e fazem jus ao reembolso de despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável ou benefícios.

Diretoria: Os Diretores (estatutários e executivos) recebem pró-labore fixo mensal, remuneração variável (PLR), ajuda de custo para cobertura de despesas inerentes ao trabalho (como, por exemplo, deslocamento, viagens, moradia, entre outros), plano de opção de compra de ações, prêmios extraordinários pontuais por desempenhos diferenciados, bem como benefícios que incluem assistência médica, vale refeição, vale alimentação; checkup anual e seguro de vida.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal, quando instalado, receberá a remuneração prevista na legislação – isto é, a remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. O Conselho Fiscal da Companhia funciona em caráter não permanente, não estando instalado, sendo que sua remuneração será decidida em Assembleia Geral que deliberar por sua instalação.

Comitês: Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê ESG recebem pró-labore fixo mensal e fazem jus ao reembolso de despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto. Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê ESG não fazem jus a remuneração variável ou benefícios. Os membros dos demais Comitês não são remunerados.

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

Para o curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado, possibilitando, assim, a atração de talentos para a empresa, em condições competitivas com seus pares. Para o médio e longo prazo, a Companhia estuda reter profissionais qualificados por meio de remuneração variável baseada em performances individuais e da Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais**

31 de dezembro de 2025				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	35,05%	57,08%	7,88%	100,00%
Diretoria Executiva	64,54%	4,64%	30,82%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Comitê de Sustentabilidade	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

31 de dezembro de 2024				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	36,46%	56,39%	7,15%	100,00%
Diretoria Executiva	63,29%	18,36%	18,36%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Comitê de Sustentabilidade	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

31 de dezembro de 2023				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	36,19%	54,80%	9,01%	100,00%
Diretoria Executiva	56,92%	28,19%	14,89%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Comitê de Sustentabilidade	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral de Acionistas

também é competente para aprovar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, nos termos do Artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

O valor da remuneração da Diretoria é calculado de acordo com pesquisas de práticas de mercado realizadas em âmbito nacional e participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios, conforme indicado acima, sendo que o valor da remuneração dos administradores pode ser reajustado anualmente mediante negociação entre a Companhia e o administrador.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os principais indicadores de desempenho levados em consideração são a Receita Bruta, EBIT, Lucro Líquido, ROIC, Turn-Over, entre outros. Entre os indicadores de desempenho relacionados a questões ASG estão: Carbon Free, Percentual de aproveitamento da coleta de resíduos sólidos, acompanhamento para recertificação B.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica um modelo de remuneração que busca refletir as responsabilidades dos cargos, as práticas de mercado e seu nível de competitividade, de forma a atender as necessidades estratégicas da organização.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros são remunerados. [

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores além daquelas informadas no item 8.19 desta seção.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 – Valores da remuneração: em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual	2.784.000,00	14.083.377,12	0,00	16.867.377,12
Salário ou pró-labore	2.040.000,00	12.678.000,00	0,00	14.718.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	253.377,12	0,00	253.377,12
Remuneração por participação em comitês	744.000,00	0,00	0,00	744.000,00
Outros	0,00	1.152.000,00	0,00	1.152.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.	N/A	N/A
Remuneração variável	0,00	42.530.588,98	0,00	42.530.588,98
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	21.972.500,00	0,00	21.972.500,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	20.558.088,98	0,00	20.558.088,98
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.602.033,91	0,00	5.602.033,91
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/ SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de	N/A

			membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.784.000,00	62.216.000,00	0,00	65.000.000,00

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2025 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual	2.664.000,00	13.443.419,35	0,00	16.107.419,35
Salário ou pró-labore	2.040.000,00	12.138.680,00	0,00	14.178.680,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	242.739,35	0,00	242.739,35
Remuneração por participação em comitês	624.000,00	0,00	0,00	624.000,00
Outros	0,00	1.062.000,00	0,00	1.062.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.	N/A	N/A
Remuneração variável	0,00	21.894.450,00	0,00	21.894.450,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	19.694.450,00	0,00	19.694.450,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.021.400,00	0,00	3.021.400,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a	N/A

	apurado mensalmente, com duas casas decimais.	mensalmente, com duas casas decimais.	média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.664.000,00	38.359.269,35	0,00	41.023.269,35

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,92	0,00	10,92
Nº de membros remunerados	5,00	5,92	0,00	10,92
Remuneração fixa anual	2.154.000,00	13.807.941,50	0,00	15.961.941,50
Salário ou pró-labore	1.620.000,00	12.542.254,30	0,00	14.162.254,30
Benefícios diretos e indiretos	0,00	240.937,20	0,00	240.937,20
Remuneração por participação em comitês	534.000,00	0,00	0,00	534.000,00
Outros	0,00	1.024.750,00	0,00	1.024.750,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.	N/A	N/A
Remuneração variável	0,00	21.355.441,29	0,00	21.355.441,29
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	17.884.948,50	0,00	17.884.948,50
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.470.492,79	0,00	3.470.492,79
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.705.801,84	0,00	2.705.801,84
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do Conselho de	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo	N/A	N/A

	Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	2.154.000,00	37.869.184,63	0,00	40.023.184,63

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,33	N/A	10,33
Nº de membros remunerados	5,00	5,33	N/A	10,33
Remuneração fixa anual	2.430.000,00	12.394.529,33	N/A	14.824.529,33
Salário ou pró-labore	1.930.000,00	11.284.800,00	N/A	13.214.800,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	261.262,66	N/A	261.262,66
Remuneração por participação em comitês	500.000,00	0,00	N/A	500.000,00
Outros	0,00	848.466,67	N/A	848.466,67
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de ajuda de custo aos Diretores no exercício da função.	N/A	N/A
Remuneração variável	0,00	18.764.910,00	N/A	18.764.910,00
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados	0,00	17.334.910,00	N/A	17.334.910,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	1.430.000,00	N/A	1.430.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores descritos no campo "Outros" acima referem-se ao pagamento de prêmios extraordinários.	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.085.447,06	N/A	3.085.447,06
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros do	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros da Diretoria	N/A	N/A

	Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	2.430.000,00	34.244.886,39	N/A	36.674.886,39

8.3 – Remuneração variável: em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 30.761.500,00	N/A	R\$ 30.761.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$ 21.972.500,00	N/A	R\$ 21.972.500,00

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 27.385.400,00	N/A	R\$ 27.385.400,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 19.561.000,00	N/A	R\$ 19.561.000,00

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 19.694.450,00	N/A	R\$ 19.694.450,00
---	-----	-------------------	-----	-------------------

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,92	0,00	10,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92	0,00	5,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 20.476.800,00	N/A	R\$ 20.476.800,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 18.912.000,00	N/A	R\$ 18.912.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 17.884.948,50	N/A	R\$ 17.884.948,50

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,33	N/A	10,33
Nº de membros remunerados	0,00	5,33	N/A	5,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 19.020.800,00	N/A	R\$ 19.020.800,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 17.872.000,00	N/A	R\$ 17.872.000,00

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 17.334.910,00	N/A	R\$ 17.334.910,00
---	-----	----------------------	-----	----------------------

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações: em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

b. data de aprovação e órgão responsável

A Companhia possui 3 planos de remuneração baseada em ações, que serão detalhados a seguir. Os Planos conferem aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Simpar, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Simpar e/ou a Companhia, conforme o caso. Além disso, considerando os prazos de “vesting” das opções, os Planos também contribuem para promover a retenção dos Beneficiários na Companhia e/ou nas sociedades sob seu controle, conforme o caso.

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os Planos constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

Os Planos alinham os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de benefícios de acordo com a performance das ações da Companhia. Por meio dos Planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os Planos visam possibilitar a Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos Planos.

Plano de Opção

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 5 de agosto de 2020, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle.

O Plano de Opção tem por objetivo: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Simpar ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Simpar ou outras sociedades sob o seu controle, atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia programas aprovados no âmbito do Plano de Opção e nem opções outorgadas.

Plano de Ações Restritas

A Assembleia Geral de Acionistas da Simpar aprovou, em 05 de agosto de 2020, o Plano de Ações Restritas e Matching da Simpar que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções

de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da Simpar.

O Plano de Ações Restritas da Simpar tem por objetivo permitir que os Beneficiários da Simpar recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários da Simpar, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

A Companhia tem um Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Vamos (“**ILP**”). São elegíveis para participar do ILP os administradores e empregados da Companhia, os administradores (ou equivalentes) e empregados de suas controladas. Os valores de ILP fixados para os participantes serão convertidos em “Ações Virtuais Restritas”, com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações SIMH3 entre os dias 01/12 do ano anterior à Data de Concessão e 31/01 da Data de Concessão, conforme item “j” abaixo (“**Data de Concessão**”).

O ILP tem por objetivo primordial manter na Companhia e nas empresas por ela controladas, direta ou indiretamente, e para elas atrair, pessoal altamente qualificado e alinhados com às estratégias e resultados da Companhia.

O ILP integra o elemento de remuneração de longo prazo da Companhia, uma vez que o prazo para o pagamento do incentivo apenas se dá em um horizonte de 4 anos. Além disso, os Participantes somente adquirirão o direito ao recebimento do ILP se satisfeitas determinadas condições resolutivas, as quais envolvem o atendimento de metas de performance do Participante e sua permanência como empregado ou administrador da Companhia.

Outro elemento que alinha o interesse de longo prazo é a vinculação do pagamento dos valores de ILP ao valor de mercado das ações da Companhia, uma vez que o montante do pagamento é obtido mediante a conversão das Ações Virtuais em moeda nacional (R\$) com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações SIMH3 entre os dias 10/03 e 10/04 do ano do prazo de exercício apontados no item “j” abaixo.

c. Número máximo de ações abrangidas

Plano de Opção e Plano de Ações Restritas

Podem ser outorgadas aos seus participantes, opções de compra de ações ou entregues Ações Restritas, Ações Próprias ou Ações Matching, de forma conjunta, sobre um número de ações que não exceda 5% do total das ações de emissão da Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Com relação ao ILP, não há efetiva entrega de ações da Companhia aos participantes.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Vide alínea “f” acima.

e. Condições de aquisição de ações

Plano de Opção

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas no Plano de Opção e nos respectivos Contratos, e desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente.

Plano de Ações Restritas

As Ações Restritas serão entregues como pagamento de 35% do valor da remuneração variável auferida do beneficiário, líquido de tributos. O beneficiário poderá solicitar que uma parcela adicional da remuneração variável seja paga por meio da entregue de Ações Restritas (Ações Matching ou Ações Próprias).

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável. Uma vez apurado, o valor devido aos executivos no âmbito do ILP é pago em espécie.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opção

A opção poderá ser exercida conforme preço a ser determinado pelo nosso Conselho de Administração, respeitado o preço mínimo do valor patrimonial por ação da Companhia, com base no último balanço aprovado da Companhia.

Plano de Ações Restritas

O valor em reais da remuneração variável, líquido de tributos, auferida pelo beneficiário será dividido pela média da cotação das ações de emissão da Companhia ponderada pelo volume de negociação nos 30 pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às Ações Restritas, desconsiderando-se as frações.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de Opção

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente após o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

Plano de Ações Restritas

Não há prazo de exercício.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não há prazo de exercício. No entanto, o Participante terá o direito de receber o valor correspondente às Ações Virtuais Restritas nas proporções especificadas a seguir: (i) 25% em até 12 meses da concessão; (ii) 25% em até 24 meses da Concessão. (iii) 25% em até 36 meses da concessão; e (iv) 25% em até 48 meses da concessão. Por meio do escalonamento do recebimento do incentivo, a Companhia procura assegurar que os Participantes atuem com vistas à obtenção de resultados de médio e longo prazos para a Companhia.

h. Forma de liquidação

Plano de Opção

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

Plano de Ações Restrita

Líquides mediante entrega de Ações Restritas, Ações Matching ou Ações Próprias.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

O ILP será liquidado em dinheiro.

i. Restrições à transferência das ações

Plano de Opção

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos dos Planos não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação integral do débito do Beneficiário para com a Companhia. Adicionalmente, observado o disposto nas condições previstas no Contrato, o Beneficiário se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a não vender, ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar a terceiros as Ações adquiridas em razão do exercício das Opções, sem antes oferecer as referidas Ações à Companhia.

Plano de Ações Restrita

O Conselho de Administração poderá estabelecer restrições à transferência das Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do titular tenham sido originados do Plano. Todas as transferências de ações restritas determinadas pelo Plano pressupõem à respectiva concordância dos Beneficiários.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Não aplicável.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opção

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Opção.

Plano de Ações Restrita

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito de receber Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de Ações Restritas por parte dos Beneficiários.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o ILP e os direitos com base nele concedidos e ainda não auferidos serão automaticamente extintos.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opção

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, as opções não exercíveis caducarão automaticamente, enquanto as opções exercíveis poderão ser exercidas em prazos predeterminados conforme previsto no Contrato de Opção correspondente. No caso de desligamento por justa causa, as opções, sejam elas exercíveis ou não exercíveis, caducarão automaticamente, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao beneficiário ou a seus sucessores.

Plano de Ações Restrita

Na hipótese de desligamento de Beneficiário, este (i) fará jus ao recebimento das Ações Restritas e Ações Próprias cujo direito ao recebimento já seja aplicável mais que ainda não lhe tenham sido entregues, e (ii) não fará jus ao recebimento das Ações Matching que ainda não lhe tenham sido entregues.

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia (ILP) em Phantom Shares

Nas hipóteses de aposentadoria ou de desligamento do Participante por iniciativa própria ou da Companhia, bem como em razão de morte ou invalidez permanente, antes da data da liquidação do ILP, o Participante não fará jus a quaisquer pagamentos de ILP, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

8.5 – Remuneração baseada em ações: em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não há opção de compra reconhecida no resultado da Companhia, uma vez que não foram outorgadas opções nos últimos três exercícios sociais, tampouco há opções em aberto. Não há previsão de outorga para o exercício social corrente.

8.6 – Outorgas: em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e não há previsão de outorga no exercício social corrente.

8.7 – Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não havia opções em aberto no último exercício social.

8.8 – Opções exercidas: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos últimos três exercícios sociais não houve nem outorga e nem exercício de opções.

8.9 – Entrega de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

PREVISÃO 2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,0	6,0
Nº de membros remunerados	0	6,0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,71%

2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	6
Nº de membros remunerados	0	6
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,15%

2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,92
Nº de membros remunerados	0	5,92
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,03%

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,33
Nº de membros remunerados	0	5,33
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,13%

8.10 – Outorga de ações: em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

PREVISÃO 2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	6,00
Nº de membros remunerados	0	6,00
Data de outorga	N/A	11/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	142.652
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	11/04/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 11,99
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 1.709.992,23

2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	6,00
Nº de membros remunerados	0	6,00
Data de outorga	N/A	11/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	2.323.001
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	11/04/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 4,28
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 9.942.444,28

2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,92
Nº de membros remunerados	0	5,92
Data de outorga	N/A	25/04/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	453.659
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	25/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 8,83

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 4.004.860,71
---	-----	------------------

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,33
Nº de membros remunerados	0	5,33
Data de outorga	N/A	14/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.148.776
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	14/04/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 6,77
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 7.777.213,52

8.11 – Ações entregues: em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,0	6,00
Nº de membros remunerados	0	6,00
Número de ações	N/A	59.041
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 5,33
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 4,63
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 41.599,49

2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,92
Nº de membros remunerados	0	5,92
Número de ações	N/A	453.659
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 18,21
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 5,78
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 5.638.981,37

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,33
Nº de membros remunerados	0	4,33
Número de ações	N/A	1.148.776
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 6,77
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 8,88
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 2.423.917,36

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

Não há opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção.

a) Metodologia de precificação:

Por ser um plano baseado em ações (*phantom shares*), o valor das ações é a média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação entre os dias 01/12/2024 à 31/01/2025.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e taxa de juros livre de risco:

Preço Médio Ponderado de Pagamento: os programas são calculados com base na média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação entre os dias 30 de março e 30 de abril do ano do pagamento.

PLAN O2	PREÇO DE EXERCÍCIO	TRANC HE	Anos (DATA DE TRANSFERÊNCIA)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO	DATA DE TRANSFERÊNCIA	Soma de QTDADE AÇÕES
IX	R\$ 6,77	2	2025	30/04/2023 a 30/04/2025	30/04/2025	51260
IX	R\$ 6,77	3	2026	30/04/2023 a 30/04/2026	30/04/2026	51260
IX	R\$ 6,77	4	2027	30/04/2023 a 30/04/2027	30/04/2027	51256
X	R\$ 8,83	1	2025	30/04/2024 a 30/04/2025	30/04/2025	73777
X	R\$ 8,83	2	2026	30/04/2024 a 30/04/2026	30/04/2026	73777
X	R\$ 8,83	3	2027	30/04/2024 a 30/04/2027	30/04/2027	73777
X	R\$ 8,83	4	2028	30/04/2024 a 30/04/2028	30/04/2028	73778
XI	R\$ 3,62	1	2026	30/04/2025 a 30/04/2026	30/04/2026	208660

XI	R\$ 3,62	2	2027	30/04/2025 30/04/2027	a	30/04/2027	208660
XI	R\$ 3,62	3	2028	30/04/2025 30/04/2028	a	30/04/2028	208660
XI	R\$ 3,62	4	2029	30/04/2025 30/04/2029	a	30/04/2029	208661
XII	R\$ 15,56	1	2022	30/09/2019 31/07/2022	a	31/07/2022	82416
XIII	R\$ 8,45	1	2026	30/04/2025 30/04/2026	a	30/04/2026	372090
XIII	R\$ 8,45	2	2027	30/04/2025 30/04/2027	a	30/04/2027	372090
XIII	R\$ 8,45	3	2028	30/04/2025 30/04/2028	a	30/04/2028	372090
XIII	R\$ 8,45	4	2029	30/04/2025 30/04/2029	a	30/04/2029	372090

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Não aplicável, dado que o modelo não permite o exercício antecipado sem autorização Conselho de Administração da Simpar, e este será responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados de eventual exercício antecipado.

d) Forma de determinação da volatilidade:

A volatilidade esperada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações da SIMPAR na B3.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não aplicável, todas as características já estão descritas acima.

8.13 – Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Conselho de Administração ¹	%	Diretoria Estatutária ¹	%
JSP S.A.	148.917.116	52,00%	0	0,00%
SIMPAR S.A.	324.160.805	37,13%	2.352.566	0,27%
JSL S.A.	81.235.108	28,36%	612.136	0,21%
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	264.246.053	24,44%	1.789.042	0,17%
Movida Participações S.A.	87.545.805	24,16%	727.510	0,20%
CS Infra S.A.	81.516.228	37,13%	591.596	0,27%
CS Brasil Holding e Locação S.A.	86.349.748	37,13%	626.675	0,27%
Automob Participações S.A.	511.740.448	27,01%	3.667.481	0,19%
Original Locadora de Veículo Ltda.	672.055	37,13%	4.877	0,27%
Avante Seminovos Ltda.	3.713	37,13%	27	0,27%
BBC Holding Financeira Ltda.	61.522.133	37,13%	446.491	0,27%
SIMPAR Empreendimentos Imobiliários Ltda.	21.186.909	37,13%	153.762	0,27%
SIMPAR Europe	22.278	37,13%	162	0,27%
SIMPAR Finance S.a.r.l	7.426	37,13%	54	0,27%

Nota: (1) De forma a evitar duplicidade, no caso de um administrador ser membro do conselho de administração e da diretoria estatutária, os valores correspondentes são indicados como conselho de administração.

8.14 – Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações

Na data de publicação deste formulário o Emissor não possuía planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração ou a seus Diretores Estatutários.

8.15 – Remuneração mínima, máxima e média: em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº total de membros	6,00	5,92	5,33	5,00	5,00	5,00	N/A	N/A	1,25
Nº de membros remunerados	6,00	5,92	5,33	5,00	5,00	5,00	N/A	N/A	1,25
Valor da maior remuneração individual (Reais)	23.080.832	21.035.385	21.035.385	780.000	594.000	740.000	N/A	N/A	57718,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	660.000	1.107.357	1.416.788	300.000	300.000	300.000	N/A	N/A	57718,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração do órgão dividido pelo número de membros remunerados	6.393.212	6.396.821	6.424.932	532.800	430.800	486.000	N/A	N/A	138.5223

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano, conforme Ofício Circular nº 3/2019 da CVM.
31/12/2024	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano, conforme Ofício Circular nº 3/2019 da CVM.
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano, conforme Ofício Circular nº 3/2019 da CVM.

	da CVM.
--	---------

Conselho de Administração	
31/12/2025	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano, conforme Ofício Circular nº 3/2019 da CVM.
31/12/2024	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano, conforme Ofício Circular nº 3/2019 da CVM.
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano, conforme Ofício Circular nº 3/2019 da CVM.

Conselho Fiscal	
31/12/2025	N/A
31/12/2024	N/A
31/12/2023	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano, conforme Ofício Circular nº 3/2019 da CVM.

8.16 – Mecanismos de indenização: descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Exceto pelos benefícios descritos no item 8.1 e do Seguro D&O detalhado no item 7.7, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 – Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente (31/12/2026)	24,57%	37,58%	N/A
Exercício encerrado em 31/12/2025	25,67%	60,95%	N/A
Exercício encerrado em 31/12/2024	41,50%	68,02%	N/A
Exercício encerrado em 31/12/2023	30,78%	73,95%	N/A

8.18 – Remuneração de funções que não a função que ocupam: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

<u>Órgão</u>	<u>2026 (prevista)</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Conselho de Administração	R\$ 6.151.779,22	R\$ 6.151.779,22	R\$ 1.722.245,80	R\$ 1.043.226,99
Diretoria Estatutária		-	-	-
Conselho Fiscal		-	-	-

8.19 – Valores reconhecidos no resultado de outras sociedades: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os administradores da Companhia são integralmente remunerados por ela. No entanto, os administradores também ocupam cargos em outras sociedades do Grupo Simpar e, portanto, também recebem remuneração de tais sociedades. Abaixo indicamos os valores reconhecidos no resultado de sociedades do Grupo Simpar e recebidos pelos administradores da Companhia (pelo cargo exercido em tais sociedades), nos últimos 3 exercícios sociais.

2026 (Previsão)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 360.000,00	R\$ 1.020.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.380.000,00
Controladas do emissor	R\$ 720.000,00	R\$ 3.180.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.900.000,00
Sociedade sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Quando a mesma pessoa ocupar cargos na diretoria e no conselho, consideraremos os valores apenas no cargo do conselho, para evitar duplicidade.

2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 280.500,00	R\$ 2.086.666,67	R\$ 0,00	R\$ 2.367.166,67
Controladas do emissor	R\$ 820.833,33	R\$ 3.180.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.000.833,33
Sociedade sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Quando a mesma pessoa ocupar cargos na diretoria e no conselho, consideraremos os valores apenas no cargo do conselho, para evitar duplicidade.

2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 2.580.000,00	R\$ 3.800.666,24	R\$ 0,00	R\$ 6.380.666,24
Controladas do emissor	R\$ 2.070.000,00	R\$ 3.958.875,74	R\$ 0,00	R\$ 6.028.875,74
Sociedade sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Quando a mesma pessoa ocupar cargos na diretoria e no conselho, consideraremos os valores apenas no cargo do conselho, para evitar duplicidade.

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	----------------------------------	------------------------------	------------------------	--------------

Controladores diretos e indiretos	R\$ 2.580.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.580.000,00
Controladas do emissor	R\$ 2.340.000,00	R\$ 2.134.061,00	R\$ 0,00	R\$ 4.474.061,00
Sociedade sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Quando a mesma pessoa ocupar cargos na diretoria e no conselho, consideraremos os valores apenas no cargo do conselho, para evitar duplicidade

8.20 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações complementares ao Item 8.2.:

O valor total da remuneração dos administradores apresentação das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia compreendem os valores pagos à Diretoria Executiva e Comitês e, portanto, divergem dos valores informados no item 8.2. deste Formulário de Referência.